

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA  
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

**VENINA PARENTE BENTO**

**FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NA  
CENA CONTEMPORÂNEA BRASILEIRA: ELEMENTOS PARA UMA REFLEXÃO  
CRÍTICA**

**MIRACEMA DO TOCANTINS, TO**

**2016**

**Venina Parente Bento**

**Formação em Serviço Social e Política de Assistência Social na cena contemporânea brasileira: elementos para uma reflexão crítica**

Monografia apresentada à Universidade Federal do Tocantins – UFT - Campus Universitário de Miracema para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, sob orientação da Professora Vanda Micheli Burginski.

Miracema do Tocantins, TO

2016

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins**

---

B478f Bento, Venina Parente.  
Formação em Serviço Social e Política de Assistência Social na  
cena contemporânea brasileira: elementos para uma reflexão crítica. /  
Venina Parente Bento. – Miracema, TO, 2016.  
55 f.  
Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins –  
Câmpus Universitário de Miracema - Curso de Serviço Social, 2016.  
Orientadora : Vanda Micheli Burginski  
1. Política de Assistência Social. 2. CADÚNICO. 3. Serviço  
Social. 4. Formação profissional. I. Título

**CDD 360**

---

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de  
qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que  
citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime  
estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da  
UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

VENINA PARENTE BENTO

FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NA  
CENA CONTEMPORÂNEA BRASILEIRA: ELEMENTOS PARA UMA REFLEXÃO  
CRÍTICA

Monografia apresentada à Universidade Federal do Tocantins – UFT - Campus Universitário de Miracema para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, sob orientação da Professora Vanda Micheli Burginski.

Data de Apresentação: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Banca examinadora:

---

Profª Dra. Vanda Micheli Burginski, Orientadora, UFT

---

Profª Dra. Maria Helena Cariaga, Avaliadora, UFT.

---

Profª Dra. Sílvia Regina da Silva Costa, Avaliadora, UFT

Dedico este Trabalho unicamente a minha querida e amada mãe, pois sem seu apoio e incentivo ele jamais teria se concretizado.

## **AGRADECIMENTOS**

Como de praxe, agradeço primeiramente a Deus por me tornar forte em momentos onde me senti fraca e sem vontade de continuar essa caminhada que muitas vezes parecia não ter fim.

Agradeço a todos as minhas professoras/es por partilhar dos seus conhecimentos, proporcionando uma reflexão crítica a respeito da profissão, em especial à minha professora orientadora Vanda Micheli Burginski por me guiar, acreditar em minha capacidade e pela colaboração teórica, pois foi de fundamental importância a calma e a tranquilidade que me passou, em momentos que pensei que não conseguiria.

Também um agradecimento especial às professoras Sílvia Regina Costa e Maria Helena Cariaga Silva pela generosidade em ler este trabalho em tão pouco tempo e por aceitar prontamente o meu convite para compor a banca de avaliação.

Agradeço a minha família pela compreensão, em especial à minha mãe que sempre me apoiou diante dos problemas (que não foram poucos) que tive que enfrentar no decorrer do processo de formação e sempre me incentivou. E ao meu esposo pela companhia nessa jornada. Um carinho especial à minha filha amada Ana Luisa, que teve, por muitas vezes, que abrir mão da presença da mamãe.

Agradeço a todos os colegas que fiz na universidade, em especial a minha companheira de estágio Cida que com sua sabedoria de vida sempre me passou seus ensinamentos que contemplaram tanto a vida acadêmica quanto a vida pessoal.

Agradeço aos funcionários do CADÚNICO, local onde realizei meu estágio acadêmico, pela receptividade, acolhimento e principalmente pela cooperação em nos passar seus conhecimentos referentes ao campo de estágio.

[...] a preparação para a profissão não pode ser confundida com a preparação para o emprego, devendo um projeto de curso articular dialeticamente as demandas reais àquelas potenciais, que vão contribuir para alterar o panorama profissional vigente. Subjacente a esta afirmativa está o fato de ser o desenvolvimento profissional compreendido como um fenômeno histórico, como um movimento permanente resultante das determinações da realidade social impostas à profissão pelas relações sociais de produção e pelos processos políticos, e da capacidade de o Serviço Social como profissão reconhecer e redefinir sua identidade profissional e legitimá-la ante as demandas das classes sociais, presentes em confronto, nas condições do exercício da prática profissional (IAMAMOTO, 2004, p. 164).

## RESUMO

O trabalho de conclusão de curso é fruto de uma aproximação teórico-metodológica aos fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social, suas determinações sócio-históricas e os desafios colocados à formação profissional ao longo da história. No final dos anos 1990, a política de assistência social passa a se constituir na principal alternativa de enfrentamento às expressões deletérias da questão social em consonância com a expansão da formação profissional na modalidade de ensino à distância (EAD). De maneira bastante inicial procurou-se problematizar essa relação, já que corre-se o risco de confundir a intervenção da profissão com a operacionalização da política de assistência, o que demandaria maiores aprofundamentos e aproximações sucessivas para entender esse processo. O objeto do estudo foi escolhido a partir da vivência de estágio supervisionado da acadêmica dentro do CADÚNICO, o mesmo foi realizado através de levantamento bibliográfico e observação. O estudo ressalta a importância de uma formação qualificada, e busca mostrar a necessidade de se ter dentro do CADÚNICO uma/um profissional de serviço social que trabalhe comprometido/a com a efetivação dos direitos do usuário.

**Palavras – chaves:** Política de Assistência Social. CADÚNICO. Serviço Social.



## **ABSTRACT**

The completion of course work is the result of a theoretical and methodological approach to historical, theoretical and methodological foundations of Social Work, its socio-historical determinations and the challenges to vocational training throughout history. In the late 1990s, social assistance policy is to constitute the main coping alternative to harmful expressions of social issues in line with the expansion of vocational training in teaching modality of distance learning (ODL). From very early so we tried to discuss the relationship, since it runs the risk of confusing the intervention of the profession with the operation of the welfare policy, which would require greater insights and successive approximations to understand this process. The object of study was chosen from the supervised internship experience of academic within the CADÚNICO, it was conducted through a literature review and observation. The study emphasizes the importance of a qualified training, and seeks to show the need to have within one CADÚNICO professional social service work committed with the enforcement of user rights.

**Key - words:** Social Assistance Policy. CADÚNICO. Social Services.

## LISTA DE SIGLAS

CADÚNICO	Cadastro Único
PBF	Programa Bolsa Família
EAD	Ensino à Distância
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
MEC	Ministério da Educação e Cultura
ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ENESSO	Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
	<b>CAPÍTULO I .....</b>	<b>14</b>
<b>2</b>	<b>FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL, QUESTÃO SOCIAL E POLÍTICA SOCIAL NO BRASIL: um introito histórico-teórico .....</b>	<b>14</b>
<b>2.1</b>	<b>Serviço Social, Formação Profissional e Questão Social no Brasil ..</b>	<b>14</b>
<b>2.2</b>	<b>O movimento de reconceituação e a formação em Serviço Social no pós-1960 no Brasil.....</b>	<b>19</b>
<b>2.3</b>	<b>Serviço Social e Ensino à Distância (Ead) .....</b>	<b>28</b>
<b>2.4</b>	<b>Política social no Brasil e sua relação com o Serviço Social .....</b>	<b>29</b>
	<b>CAPÍTULO II .....</b>	<b>32</b>
<b>3</b>	<b>POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NA CENA CONTEMPORÂNEA: trabalho e formação profissional do assistente social .....</b>	<b>32</b>
<b>3.1</b>	<b>A longa travessia no deserto: a consolidação da Política de Assistência Social enquanto direito .....</b>	<b>32</b>
<b>3.2</b>	<b>O trabalho do/da Assistente Social no CADÚNICO – um debate sobre a inserção do/da profissional a partir da sua regulamentação .....</b>	<b>43</b>
<b>4</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>49</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>51</b>

## 1 INTRODUÇÃO

É na dinâmica tensa da vida social que se ancoram a esperança e a possibilidade de defender, efetivar e aprofundar os preceitos democráticos e os direitos de cidadania, preservando inclusive a cidadania social cada vez mais desqualificada (IAMAMOTO, 2008, p. 193).

O presente Trabalho de Conclusão de Curso – TCC buscou através da teoria social produzida por intelectuais do Serviço Social brasileiro realizar uma reflexão sobre a formação profissional e a política de assistência social no Brasil na cena contemporânea, tendo como foco estabelecer uma análise crítica sobre os equívocos que se podem incorrer no sentido de confundir a profissão serviço social com a simples operacionalização da política de assistência social. Sabe-se que a política de assistência social somente se tornou política pública de direito constitucional, a partir de 1988.

A partir de 1993 é que se cria a Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS que estabelece os princípios para operacionalização da política. Em 2003, a assistência social passa a ter uma centralidade na Seguridade Social brasileira, o que parece bastante curioso, já que historicamente a assistência social sempre foi a prima pobre da seguridade. São criados também o Sistema Único de Assistência Social – SUAS e também o PNAS – Política Nacional de Assistência Social.

Entretanto, o avanço da modalidade de Ensino à Distância (EAD) em Serviço Social se deu paralelamente com o processo de expansão de programas sociais focalizados na pobreza extrema, se tornando principal estratégia para manter a um nível de coesão, as expressões mais graves da questão social. Nesse sentido, com base em um levantamento bibliográfico e uma revisão teórica buscou-se aproximar-se da problemática observada durante a vivência em estágio supervisionado realizado junto à gestão do Cadastro Único<sup>1</sup> (CADÚNICO) do Programa Bolsa Família<sup>2</sup>.

A teoria possui o papel de tentar explicar historicamente a realidade social em que se insere o tema estudado. Buscou-se estabelecer como categorias de análise a

---

<sup>1</sup> Cadastro Único para Programas Sociais do Governo, o CADÚNICO é um programa que funciona como um instrumento para identificar e caracterizar as famílias que estão em situação de vulnerabilidade e que permite conhecer a realidade em que a família está inserida, trazendo informações de todo o núcleo familiar bem como as características do domicílio e as formas de acesso a serviços públicos.

<sup>2</sup> É um programa de transferência direta de renda destinada às famílias que se encontram em situação de pobreza e extrema pobreza.

história do Serviço Social, bem como, da Política de Assistência Social fazendo uma relação da mesma com a observação da intervenção profissional no CADÚNICO.

A partir da observação, a pesquisadora irá determinar o problema em questão na realidade a ser estudada, e quais as expressões da questão social presente na mesma. Com a observação o pesquisador poderá perceber os fatos sem nenhuma interferência, pois o mesmo estará inserido no meio a ser pesquisado (GIL, 2007). A pesquisa se propõe a compreender uma realidade específica em seu contexto social:

A observação constitui elemento fundamental para a pesquisa. Desde a formulação do problema, passando pela construção de hipóteses, coleta, análise e interpretação dos dados, a observação desempenha papel imprescindível no processo de pesquisa. É, todavia, na fase de coleta de dados que o seu papel se torna mais evidente. A observação é sempre utilizada nessa etapa, conjugada a outras técnicas ou utilizada de forma exclusiva [...] A observação nada mais é que o uso dos sentidos com vistas a adquirir os conhecimentos necessários para o cotidiano (GIL, 2007, p. 110).

A observação possui um papel de fundamental importância na pesquisa qualitativa, satisfazendo as principais necessidades da mesma permitindo ao pesquisador uma melhor compreensão do objeto a ser pesquisado (TRIVIÑOS, 1987).

Uma vez que a maioria dos problemas estudados pelos cientistas surge a partir de um conjunto de teorias científicas que funciona como um conhecimento de base, a formulação e a resolução de problemas científicos só podem ser feitas por quem tem um bom conhecimento das teorias científicas de sua área. Por isso, é importante familiarizar-se com as pesquisas mais recentes de determinada área do conhecimento através de pesquisa bibliográfica (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 2001, p. 65).

Os procedimentos metodológicos são de abordagem qualitativa, pois grande parte das pesquisas realizadas no campo das ciências sociais possui uma realidade que não pode ser quantificada. O termo qualitativo sugere um contato com pessoas fatos e locais que são objetos de pesquisa, e através desse contato podemos extrair os significados que somente se mostram a partir de uma atenção mais sensível (CHIZZOTTI, 2010).

[...] O objetivo fundamental da pesquisa qualitativa não reside na produção de opiniões representativas e objetivamente mensuráveis de um grupo; está no aprofundamento da compreensão de um fenômeno social por meio de entrevistas em profundidade e análises qualitativas da consciência articulada dos atores envolvidos no fenômeno. As anotações de campo e a transcrição de entrevistas são lidas pelo pesquisador como se fosse um texto acadêmico, à procura de novas formas de compreender determinado fenômeno (RICHARDSON, 1999, p. 102).

A pesquisa qualitativa busca respostas para questões muito particulares, trabalhando assim com a realidade social analisando as ações e relações do indivíduo a partir de uma determinada realidade vivenciada. Trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes, o objeto da pesquisa qualitativa dificilmente poderá ser quantificado, pois se trabalha com as relações humanas e a intencionalidade do indivíduo (MINAYO, 2007).

Embasou-se em autores/as que utilizam o método dialético para a análise da realidade. O método dialético busca compreender e conhecer os processos históricos permitindo ao pesquisador uma ampla visão da realidade a ser pesquisada “[...] para a dialética, as coisas não são analisadas na qualidade de objetos fixos, mas em movimento: nenhuma coisa está acabada, encontrando-se sempre em vias de se transformar [...]” (LAKATOS; MARCONI, 2006, p. 101).

O pesquisador que segue uma linha teórica baseada no materialismo dialético deve ter presente em seu estudo uma concepção dialética da realidade natural e social e do pensamento, a materialidade dos fenômenos e que estes são possíveis de conhecer (TRIVIÑOS, 1987, p. 73).

Na pesquisa dialética o objeto a ser estudado será analisado levando em consideração suas relações sócio-históricas, sua realidade, e não somente o que está aparente (TRIVIÑOS, 1987).

O materialismo dialético é a base filosófica do marxismo e como tal realiza a tentativa de buscar explicações coerentes, lógicas e racionais para os fenômenos da natureza, da sociedade e do pensamento. Por um lado, o materialismo dialético tem uma longa tradição na filosofia materialista e, por outro, que é também antiga concepção na evolução das ideias, baseia-se numa interpretação dialética do mundo (TRIVIÑOS, 1987, p. 51).

Segundo Alves (2009), o materialismo histórico articula o concreto e o abstrato a partir da investigação da realidade, considerando a mesma como um conjunto em constante movimento, mutável e inacabado, e o conhecimento deve acompanhar esse movimento, “assim, para o materialismo, a matéria é uma categoria que indica a realidade objetiva dada ao homem por meio de suas sensações e que existe independente dele” (RICHARDSON, 1999, p. 44).

O materialismo histórico provocou uma mudança na interpretação dos fenômenos sociais, saindo de concepções idealistas e, passando a esclarecer os fenômenos, analisando as relações e as tensões presentes historicamente nas mesmas (TRIVIÑOS, 1987).

Os instrumentos e técnicas escolhidos para a coleta de dados foram: levantamento bibliográfico, como também a utilização da observação na vivência de estágio no decorrer de todo o processo, pois:

A observação ajuda o pesquisador a identificar e a obter provas a respeito de objetivos sobre os quais os indivíduos não têm consciência, mas que orientam seu comportamento. Desempenha papel importante nos processos observacionais, no contexto da descoberta, e obriga o investigador a um contato mais direto com a realidade. É o ponto de partida da investigação social (LAKATOS; MARCONI, 2006, p. 193).

O trabalho está organizado em dois capítulos. No primeiro capítulo foi realizada uma reflexão a respeito do processo histórico do Serviço Social em sua constituição enquanto profissão, tendo como foco a formação profissional e sua relação com a política social. Com o intuito de enriquecer a pesquisa foi feita uma breve introdução a respeito do Ensino à Distância – EAD mostrando a posição do Conselho Federal de Serviço Social em relação ao mesmo.

No segundo capítulo foi abordado a Assistência Social como política pública, trazendo um levantamento teórico-histórico de sua institucionalização enquanto direito. O estudo ressalta a importância de uma formação qualificada, e busca mostrar a necessidade de se ter dentro do CADÚNICO uma profissional de Serviço Social, que trabalhe comprometida com a efetivação dos direitos do usuário.

A pesquisa é de relevância ao Serviço Social, no que tange às ações profissionais propositivas, pois é necessário conhecer a realidade social, através de atitudes investigativas que estejam em consonância com o Código de Ética do Serviço Social de 1993, para assim abrir possibilidade de garantia de direitos.

## CAPÍTULO I

### 2 FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL, QUESTÃO SOCIAL E POLÍTICA SOCIAL NO BRASIL: UM INTROITO HISTÓRICO-TEÓRICO

[...] Para o exercício profissional, requerem-se determinadas habilidades, atitudes, e capacidades, bem como, determinados valores e princípios éticos-políticos. Há que se ter também determinados conhecimentos e um conjunto de saberes que fazem parte da cultura profissional, que possuem níveis e graus de racionalidades diferenciados, de modo a permitir interpretações dos processos sociais que mais ou menos se aproximam da realidade material dos mesmos (GUERRA, 2000, p. 155).

#### 2.1 Serviço Social, formação profissional e questão social no Brasil

No contexto internacional, segundo Montaño (2007, p. 30) o Serviço Social surge como profissão na Europa e nos EUA entre os anos de 1890-1940 e na América Latina a primeira escola de Serviço Social foi criada no Chile em 1925.

No Brasil, a primeira escola de serviço social foi criada na segunda metade dos anos 1930. Segundo Iamamoto & Carvalho (2007, p. 167) já em 1920 surgem instituições assistenciais que irão impulsionar a criação da primeira escola de Serviço Social no estado de São Paulo em 1936 e, posteriormente no Rio de Janeiro, são elas: Associação das Senhoras Brasileiras e a Liga das Senhoras Católicas. Essas associações se diferenciam das atividades tradicionais de caridade, buscando não o socorro aos indigentes, mas sim dentro de uma perspectiva de assistência preventiva, abrandar as sequelas do desenvolvimento capitalista (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007, p. 167). Portanto, o surgimento dessas associações foi de fundamental importância para o surgimento do Serviço Social no Brasil, segundo Iamamoto & Carvalho (2007):

A importância dessas instituições e obras, e de sua centralização, a partir da cúpula da hierarquia, não pode ser subestimada na análise da gênese do Serviço Social no Brasil. Se sua ação concreta é extremamente limitada, se seu conteúdo é assistencial e paternalista, será a partir de seu lento desenvolvimento que se criarão as bases materiais e organizacionais, e principalmente humanas, que a partir da década seguinte permitirão a expansão da Ação Social e o surgimento das primeiras escolas de Serviço Social (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007, p. 167).

Segundo Montaño (2007), no Brasil o debate sobre o surgimento do Serviço Social como profissão é pautado por duas principais interpretações que se opõem. A



primeira, conhecida como perspectiva endogenista pontua que o serviço social seria uma evolução, organização e sistematização das formas de caridade. Outra perspectiva conhecida como histórico-crítica compreende o surgimento da profissão como uma necessidade da sociedade capitalista para manutenção da ordem vigente, sendo a profissão vista como “um produto histórico, e não como um desenvolvimento interno das formas de ajuda” (MONTAÑO, 2007, p. 30).

No decorrer da década de 1940 começaram a surgir muitas escolas de serviço social, sendo as mesmas localizadas nas capitais dos Estados e segundo Iamamoto & Carvalho (2007) identifica-se uma forte influência da igreja católica, tanto no processo de criação, como também na formação das primeiras assistentes sociais brasileiras.

[...] o Serviço Social nasce ligado à atuação da Igreja Católica, a serviço de sua ideologia. Além da ligação de sua prática, há sua ligação do ponto de vista teórico. Toda visão de homem se dará sob os quadros católicos, tendo como sustentação filosófica o neotomismo<sup>3</sup> (AGUIAR, 1982, p. 13).

As atividades desenvolvidas pelas primeiras assistentes sociais possuíam cunho assistencial, pois, “o tratamento dos casos era basicamente feito através de encaminhamentos, colocação em empregos, abrigo provisório para necessitados” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007, p. 190). A profissão inicialmente buscava intervir ideologicamente na classe trabalhadora, propondo ações educativas visando à prevenção dos problemas sociais, o que a diferenciava da caridade tradicional. Entretanto, acabava se configurando como uma nova forma de caridade agindo com bases mais doutrinárias que científicas, segundo Iamamoto:

O Serviço Social nasce e se desenvolve na órbita desse universo teórico. Passa da influência do pensamento conservador europeu, franco-belga, nos seus primórdios, para a sociologia conservadora norte-americana, a partir dos anos 40. Incorpora a noção de comunidade como matriz analítica da sociedade capitalista e como projeto norteador da ação profissional. Mas a comunidade é erigida como ótica de interpretação da sociedade capitalista quando já deixou de ter contrapartida histórica, isto é, quando a sociedade encontra-se estruturada não mais segundo os princípios das relações comunitárias, mas conforme os parâmetros da racionalidade burguesa, da reprodução do capital. (IAMAMOTO, 2004, p. 26).

No Brasil, primeiramente o Serviço Social permanece ligado a uma formação moral e doutrinária, depois já nas décadas de 40 e 50 de acordo com Aguiar (1982)

---

<sup>3</sup>O Neotomismo pretende manter todas as características atribuídas à filosofia tomista, o movimento neotomista caracteriza-se em geral, pelo seu esforço de atualização constante e abertura aos novos problemas e novas interrogações vindas de todos os lados da filosofia.

os profissionais com a influência americana passarão a trabalhar de forma técnica, já que “as primeiras assistentes sociais foram marcadas pela filosofia de Santo Tomás de Aquino<sup>4</sup>, recebendo sua doutrina através das disciplinas Doutrina Social, Moral, Ética, Doutrina Católica [...]” (AGUIAR, 1982, p. 20).

A presença norte-americana se fará através de técnicas para o agir profissional, técnicas essas que terão como pressuposto teórico o funcionalismo. Na segunda metade da década de 40 e no início da de 50, constatamos a presença da filosofia tomista aliada às técnicas norte americanas. Nesse período não haverá ruptura radical da ideologia católica, pelo contrário haverá uma convivência das duas posições: o Serviço Social permanece na base dos princípios católicos e neotomistas, inclusive via Estados Unidos e ao mesmo tempo incorpora as técnicas norte-americanas (AGUIAR, 1982, p. 26).

Segundo Iamamoto & Carvalho (2007), a atuação profissional das primeiras assistentes sociais eram voltadas para as famílias operárias, em especial mulheres e crianças, portanto, as atividades desenvolvidas com maior frequência eram a distribuição de auxílios materiais e a formação moral e doméstica. Naquele período, sob a perspectiva funcionalista à medida que se aprofundavam os estudos relativos à profissão do Serviço Social, surgiam novas técnicas de assistência deixando a mesma de ser uma medida curativa e passando a atuar de forma a prevenir os problemas sociais:

Diferenciando da caridade tradicional, vista como mera reprodutora da pobreza, o Serviço Social propõe uma ação educativa entre a família trabalhadora, numa linha não apenas curativa, mas preventiva dos problemas sociais. Distingue-se também da assistência pública, que, desconhecendo a singularidade e particularidade dos indivíduos, produz respostas não diferenciadas aos “problemas sociais” (IAMAMOTO, 2004, p. 20).

De acordo com Barroco (2008), o Serviço Social surge vinculado a algumas mediações ético-morais, sendo elas: uma atuação ideologicamente moral, legitimação dos interesses do Estado priorizando projetos sociais conservadores e ligados à Igreja Católica. A referida autora coloca que a presença do conservadorismo na origem da profissão direcionava a um tratamento moral da questão social, induzindo a uma atuação profissional positivista e despolitizada, levando assim a reprodução da alienação moral “a repetição acrítica dos valores, a assimilação rígida dos preceitos e

---

<sup>4</sup>Santo Tomás de Aquino, filósofo do século XII, em sua filosofia, partirá da reflexão feita por Aristóteles e a tratará sob nova luz, ao cenário filosófico de sua época. Vivendo em seu tempo histórico, Santo Tomás tratará em sua reflexão de questões vitais para sua época como as relações entre Deus e o mundo, fé e ciência, teologia e filosofia, conhecimento e realidade (AGUIAR, 1982).

modos de comportamento, o pensamento ultrageneralizador, o preconceito, o conformismo, a discriminação [...]” (BARROCO, 2008, p. 74).

Estamos afirmando que o tratamento moral da “questão social” é uma resposta política de várias forças sociais ao potencial emancipador das lutas proletárias; uma reação de caráter conservador que perpassa pelas estratégias do Estado capitalista, pelo projeto social da Igreja Católica e pelo Serviço Social, no contexto de sua origem (BARROCO, 2008, p. 83).

Esse tratamento da questão social colocava as desigualdades como sendo algo natural, reforçando assim a reprodução da força de trabalho e buscando desqualificar as reivindicações da classe trabalhadora, possibilitando ao Estado um controle de classe. Porém, “o enfrentamento moral da questão social é também realizado pelo Estado, tendo por finalidades a busca de um consenso social e o controle e a reprodução da força de trabalho” (BARROCO, 2008, p. 84). Ao intervir sobre as expressões da questão social o Estado busca não somente um controle sobre a classe trabalhadora, mas também se afirmar como o órgão representativo da sociedade, utilizando-se da moral em seu discurso ideológico:

Assim, o âmbito do enfrentamento da “questão social”, a justificação ideológica do Estado em face das desigualdades e das reivindicações das classes trabalhadoras pode, ao mesmo tempo, responsabilizar os indivíduos e despolitizar suas reivindicações, trazendo sua solução para o campo da moral. Com isso se redefine a relação entre o público e o privado: o intimismo do privado é trazido para o público, que adquire uma aparência “humanitária”; os problemas sociais deixam de ser político-econômicos para se transformar em “problemas” de ordem moral; são atendidos publicamente, mas tal atendimento se reveste de conteúdos “privados”: a emotividade, a remissão ao eu (BARROCO, 2008, p. 88).

Por originalmente se constituir em bases doutrinadoras e com valores éticos de cunho moral e conservador, a profissional de serviço social deveria possuir uma imagem social de conduta íntegra, sendo essa integridade um elemento fundamental ao exercício profissional. “A ação profissional tem por objetivo eliminar os “desajustes sociais” através de uma intervenção moralizadora de caráter individualizado e psicologizante [...]” (BARROCO, 2008, p. 94).

Este arranjo teórico-doutrinário-operativo permite que a profissão mantenha seu caráter missionário, atualizando as marcas de origem e atendendo, concomitantemente, às exigências de tecnificação que lhe impõe a modernização da sociedade e do Estado. Se isto permite que a proposta profissional se adapte às exigências da ordem burguesa, instaura-se na consciência dos agentes profissionais uma profunda ambiguidade: a ação – que é desencadeada, subjetivamente, como recusa aos “excessos de diferenciação social”, como forma de atenuar ou até mesmo de eliminar as

injustiças sociais ou como missão a serviço do “homem” – transubstancia-se objetivamente numa prática que reforça os fundamentos da ordem alienadora, que produz e reproduz as desigualdades sociais [...] (IAMAMOTO, 2004, p. 28).

Podemos afirmar que esse pensamento conservador se encontra profundamente ligado na prática profissional das assistentes sociais pioneiras, vindo a tornar-se parte fundamental da profissão, direcionando sua atuação com ênfase na formação social e moral das famílias (IAMAMOTO, 2004).

A partir da década de 1960 ocorre uma modernização do Serviço Social, segundo Iamamoto(2004) tal modernização colocou em evidência a necessidade de aperfeiçoamento do instrumental operativo, exigindo das profissionais um maior comprometimento com o conhecimento teórico, porém essa atuação continua atrelada ao caráter missionário:

Subjacentes a esse processo de atualização da herança conservadora do Serviço Social, estão dois elementos que marcam, profundamente, o sentido da prática profissional e as percepções que os agentes têm dela. De um lado, questões de economia política transformam-se em problemas assistenciais, e direitos da utilização de conquistas sociais do proletariado viram concessão de benefícios, os quais nunca foram vistos como direitos, mas como expressão de carências, “faltas”, “desvios de personalidade” etc. Por outro lado, reforçam-se mecanismos que dificultam a apreensão dos reais efeitos da ação profissional (IAMAMOTO, 2004, p. 34).

Os principais estudos referentes ao surgimento do Serviço Social no Brasil apontam uma ligação do mesmo com as bases doutrinárias da Igreja Católica, no entanto podemos ressaltar um estudo realizado na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) no ano de 2015, que faz uma análise da origem das escolas de Serviço Social cariocas, a referida pesquisa aponta que o surgimento das primeiras escolas cariocas de Serviço Social está fortemente ligado ao pensamento laico e sob forte presença do Estado, segundo Machado (2015):

A criação da Escola Paulista de Serviço Social teve como impulso principal a Igreja Católica. Entretanto, no Rio de Janeiro, a expansão da profissão foi alavancada principalmente pelas estruturas do Estado e a forte presença dos intelectuais do campo do direito, saúde e educação, membros, tanto do segmento laico, quanto do católico; de modo que predominou, na capital federal, o modelo francês na constituição das escolas, pois desde a Velha República a fina flor carioca inspirou-se no arquétipo parisiense de cidade e costumes (MACHADO, 2015, p. 229).

Para Netto (2006), o Serviço Social emerge não somente para reproduzir a ordem do capitalismo monopolista, mas “se produz como resultante do movimento das

classes sociais e suas projeções” (NETTO, 2006, p. 80). A profissão avança como uma resposta do Estado no tratamento das expressões da questão social, sendo a questão social definida como:

[...] o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação de seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade [...] (IAMAMOTO, 2001, p. 27).

A questão social e suas mais variadas expressões se configuram como campo de atuação do assistente social desde a sua origem, as transformações ocorridas no mundo do trabalho provocaram sequelas que demandavam do Estado uma intervenção através de políticas sociais.

## **2.2 O movimento de reconceituação e a formação em Serviço Social no pós-1960 no Brasil**

A partir da década de 1960 ocorre, de acordo com Netto (2008), uma renovação do Serviço Social. Essa renovação trouxe para a profissão novas práticas e alterou os padrões teóricos, culturais e ideológicos da categoria, gerando assim uma alteração do exercício profissional.

No período de 1961 a 1964 emerge no Brasil uma nova prática profissional dentro de uma perspectiva crítica do Serviço Social, alguns assistentes sociais buscavam novas experiências de ação profissional, esse período ficou marcado pela luta por mudanças, onde um reduzido grupo de assistentes sociais atuou partindo de uma análise crítica da sociedade, percebendo as contradições existentes (SILVA; SILVA, 2007, p. 27).

É nesse período que se inicia o desenvolvimento, no Brasil, de uma perspectiva crítica ao Serviço Social “tradicional”, quando setores da categoria profissional dos assistentes sociais esboçam algumas tentativas de novas experiências de vinculação da ação profissional aos processos e lutas por mudanças. Esses profissionais são impulsionados por uma profunda agitação política que ganha força no Brasil e em toda América Latina, ante a crise do modelo desenvolvimentista, gerando frustrações em amplos setores sociais (SILVA; SILVA, 2007, p. 27).

Com o Golpe Militar no ano de 1964 que foi marcado pela falta de democracia, repressão e supressão dos direitos constitucionais, a perspectiva crítica adotada pela

categoria profissional passa a ser alvo da repressão militar, assim a profissão volta a assumir um caráter assistencialista.

Durante o regime militar, com a repressão aos setores políticos organizados, a perspectiva crítica do Serviço Social perde espaço, restando aos profissionais a atuação na execução das políticas sociais e dos programas, assumindo assim uma prática assistencialista (SILVA; SILVA, 2007).

No primeiro momento da ditadura militar, o Serviço Social é bastante marcado em suas perspectivas e possibilidades de avanços críticos. Sobretudo é importante considerar que, nesse momento, se articula e se gesta, na América Latina, a partir do Cone Sul, o Movimento de Reconceituação do Serviço Social latino-americano, que permite canalizar as insatisfações acumuladas pelos profissionais que se conscientizavam, progressivamente, de suas limitações, tanto teórico-instrumentais como político-ideológicas (SILVA; SILVA, 2007, p. 29).

Até o final dos anos 1960 entrando nos anos 1970 ainda existindo forte repressão do regime militar, houve um esforço dos governos (João Goulart, Castelo Branco, Costa e Silva, Médici no sentido de se manter o Serviço Social tradicional, com a intenção de assegurar os profissionais como meros executores de políticas sociais.

O posicionamento crítico embora adotado por uma pequena parcela de profissionais nesse período cresce como resposta exigida pelo momento histórico, e se expande cada vez mais no seio da categoria. De acordo com Iamamoto (2004), essa parcela de profissionais busca fundamentos científicos que fundamentem sua ação, buscando superar a atuação tecnicista gerando uma preocupação da classe com a prática profissional.

[...] O tradicional e grande empregador dos assistentes sociais reformula substantivamente, a partir de 1966-1967, as estruturas onde se inseriam aqueles profissionais – na abertura de uma série de reformas, atingindo primeiramente o sistema previdenciário, haveria de alterar de cima a baixo o conjunto de instituições e aparatos governamentais através dos quais se interfere na “questão social”. Esta reformulação foi tanto organizacional quanto funcional: não implicou só uma complexificação (a que correspondeu uma vaga de burocratização) dos aparatos em que se inseriam os profissionais; acarretou, igualmente, uma diferenciação e uma especialização das próprias atividades dos assistentes sociais, decorrentes quer do elenco mais amplo das políticas sociais, quer das próprias sequelas do “modelo econômico” [...] (PAULO NETTO, 2008a, p. 121).

De acordo com Paulo Netto (2008 a), até a primeira metade da década de 70 o Serviço Social se manteve parcial apresentando certa uniformidade nas intervenções, que se dotavam de um caráter cívico, Paulo Netto aponta que:

[...] A ruptura com este cenário tem sua bases na laicização do Serviço Social, que as condições novas postas à formação e ao exercício profissional pela autocracia burguesa conduziram ao ponto culminante; são constitutivas desta laicização a diferenciação da categoria profissional em todos os seus níveis e a conseqüente disputa pela hegemonia do processo profissional em todas as suas instâncias (projeto de formação, paradigmas de intervenção, órgãos de representação etc.) [...]. (PAULO NETTO, 2008 a, p. 128).

A ruptura com o Serviço Social tradicional segundo Faleiros (apud Netto, 2008, p. 146) “se inscreve na dinâmica de rompimento das amarras imperialistas, de luta pela libertação nacional e de transformações da estrutura capitalista excludente, concentradora, exploradora”.

Podemos notar que o Serviço Social emerge como profissão, pautada por um pensamento conservador e de manutenção da ordem, entretanto, a partir da década de 1960 os/as profissionais começam a assumir uma nova postura e se inicia o movimento de *reconceituaçãodo* Serviço Social.

Entretanto, este componente, de feição obviamente conservadora, parece-nos o menos decisivo no feixe de relações de que agora nos ocupamos. Se realmente, a autocracia burguesa investiu na reiteração de formas tradicionais da profissão, seu movimento imanente apontou, como tendência e factualidade, para uma ponderável reformulação do cenário do Serviço Social [...] (PAULO NETTO, 2008, p. 118).

No decorrer da década de 1970 o Movimento de Reconceituação ganha força no Brasil, notando-se uma reorganização política dos assistentes sociais onde os mesmos procurarão articular a profissão com os interesses dos setores populares. “É, também, a partir de 1970 que começa a ser colocada a perspectiva marxista no contexto do Serviço Social brasileiro [...]” (SILVA; SILVA, 2007, p. 35).

Nesse primeiro momento do Movimento de Reconceituação do Serviço Social no Brasil, o Encontro de Araxá, realizado em 1967, seguido posteriormente, em 1972, pelo Encontro de Teresópolis, marcam o esforço da categoria profissional em torno da sistematização teórico-prática do Serviço Social (SILVA; SILVA, 2007, p. 35).

O Movimento de Reconceituação buscava romper com a herança conservadora lutando para se atingir novas bases de ação profissional reconhecendo as contradições sociais, buscando assim colocar-se a serviço dos interesses dos usuários, nesse sentido o profissional é levado a buscar uma compreensão dos efeitos políticos da sua prática profissional, assumindo assim um posicionamento crítico (IAMAMOTO, 2004).

O percurso do Serviço Social no Brasil, no período de 1974-1985, configura uma intensa movimentação dos assistentes sociais que repercute profundamente nas três dimensões constitutivas da profissão, representadas pela dimensão político-organizativa, pela dimensão acadêmica e, talvez, com menor intensidade, pela dimensão da intervenção profissional, no nível dos organismos da política social, das empresas privadas e dos movimentos sociais (SILVA; SILVA, 2007, p. 42).

Segundo Paulo Netto (2008), o processo de renovação do Serviço Social ocorreu em três direções constitutivas. A primeira trata-se da perspectiva modernizadora conservadora, que apontava para uma reformulação das práticas profissionais no sentido metodológico, buscando estabelecer um debate teórico. A modernização conservadora pode ser caracterizada como sendo “a primeira expressão do processo de renovação do Serviço Social no Brasil” (PAULO NETTO, 2008, p. 164). Buscando assim uma renovação e desenvolvimento na direção da ação profissional, assumindo uma visão dialética e trabalhando com uma perspectiva comprometida com os interesses da classe trabalhadora.

A segunda direção é a perspectiva de reatualização do conservadorismo, a mesma trouxe para a categoria uma vertente renovadora, com uma nova proposta ideológica, política e teórica. Essa perspectiva segundo Netto (2008a, p. 158) “atende às requisições fortemente psicologistas” sendo mais científica e agindo no circuito da ajuda psicossocial.

A terceira direção caracterizada como perspectiva de intenção de ruptura possui um caráter de oposição e trouxe “uma proposta profissional alternativa ao tradicionalismo preocupada em atender a critérios teóricos, metodológicos e interventivos [...] articulada a partir de uma angulação que pretendia expressar os interesses históricos das classes” (PAULO NETTO, 2008a, p. 275). Essa perspectiva vem com o intuito de romper com o Serviço Social tradicional e suas bases metodológicas. A perspectiva de intenção de ruptura com o Serviço Social tradicional e conservador, se desenvolveu e consolidou no decorrer da década de oitenta e se mantém até a contemporaneidade.

Silva e Silva (2007) coloca que o desenvolvimento da profissão não ocorreu de forma homogênea, sendo marcado por confrontos entre bases conservadoras e reacionárias encontradas no centro da profissão. Ao se estabelecer como profissão, o Serviço Social rompe com a filantropia e mostra que as ações dotadas desse caráter



são insuficientes para o atendimento das necessidades sociais, passando os assistentes sociais a atuar sob a perspectiva de enfrentamento da questão social<sup>5</sup>.

O contexto da década de 1980 permitiu a possibilidade de se almejar a constituição de um Estado de Bem-Estar Social no Brasil, nessa década ocorreram grandes reformas.

[...] Para efetivar as grandes reformas, criam-se grandes comissões setoriais responsáveis pelas proposições mais gerais de mudanças nos campos da Previdência Social; Assistência Social; Sistema Nacional de Habitação, Saneamento, Saúde e Educação, tudo orientado pelo discurso da cidadania e por princípios como:

- Descentralização administrativa, com forte vertente de municipalização;
- Integração dos serviços e benefícios sociais, em face de determinadas clientela;
- Participação popular no processo de decisão, implementação e controle dos programas sociais;
- Concepção alternativa de produzir, organizar e distribuir bens e serviços sociais (SILVA; SILVA, 2007, p. 48).

Silva e Silva (2007) ressalta que, essas reformas ocorreram com ênfase em programas de cunho assistencial e somente a partir da Constituição de 1988 a Proteção Social Brasileira passa por uma reestruturação, consolidando as conquistas sociais.

Segundo Iamamoto (2001), a partir da década de oitenta a sociedade civil se torna protagonista na luta pelos seus direitos e assim amplia as conquistas na área de direitos sociais, são abertas novas possibilidades de atuação aos assistentes sociais exigindo dos mesmos a apropriação e o desenvolvimento dessas novas possibilidades. “A década de 1980 foi extremamente fértil na definição de rumos técnico-acadêmicos e políticos para o Serviço Social” (IAMAMOTO, 2001, p. 50).

No decorrer da década de oitenta, o Serviço Social se solidifica como profissão dando como define Iamamoto, “um salto de qualidade em sua autoqualificação na sociedade” (IAMAMOTO, 2001, p. 51). Houve também, a partir da referida década, uma intensa produção bibliográfica, sendo que segundo Iamamoto (2001), as principais obras do Serviço Social são datadas das duas últimas décadas.

[...] Hoje existe um projeto profissional, que aglutina segmentos significativos de assistentes sociais no país, amplamente discutido e coletivamente construído ao longo das duas últimas décadas. As diretrizes norteadoras

---

<sup>5</sup>Segundo Iamamoto (2004), a questão social pode ser definida como um conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos que causam uma exclusão social, o assistente social atua no enfrentamento das expressões da questão social.

desse projeto se desdobram no Código de Ética Profissional do Assistente Social, de 1993, na Lei da Regulamentação da Profissão de Serviço Social e, hoje, na nova Proposta de Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social (IAMAMOTO, 2001, p. 50).

O Serviço Social contemporâneo apresenta um projeto social comprometido com a classe trabalhadora onde “é reafirmado o compromisso com a transformação social como direção da formação profissional, tendo como horizonte a superação da ordem capitalista com vistas à emancipação humana” (CARDOSO, 2000, p. 12). Busca uma formação que não seja meramente tecnicista, é exigido dos profissionais um conhecimento teórico-metodológico para assim poder identificar e responder as demandas que lhe são colocadas.

Essas considerações remetem à formação de profissionais qualificados para investigar e produzir conhecimentos sobre o campo que circunscreve sua prática, de reconhecer o seu espaço ocupacional no contexto mais amplo da realidade sócio-econômica e política do país e no quadro geral das profissões. Formar profissionais habilitados teórica e metodologicamente (e, portanto, tecnicamente) para compreender as implicações de sua prática, reconstruí-la, efetivá-la e recriá-la no jogo das forças sociais presentes (IAMAMOTO, 2004, p. 163).

O assistente social atua no enfrentamento das expressões da questão social, entendendo a mesma como sendo “o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada” (IAMAMOTO, 2008, p. 176).

Gentilli (2000) menciona que, o profissional do Serviço Social é demandado para intervir sobre os problemas sociais através de políticas e programas sociais sendo os mesmos governamentais e não-governamentais, para tal, se faz necessário ao assistente social um completo conhecimento tanto do Código de Ética profissional como da lei que regulamenta a profissão<sup>6</sup>, bem como “o conhecimento dos objetivos, das rotinas, dos procedimentos regulamentares e culturais das organizações, dos critérios de elegibilidade, das metodologias, das teorias e dos demais elementos que delineiam os contornos das ações profissionais em seus interiores” (GENTILLI, 2000, p. 137).

Na prática profissional do assistente social, o embasamento teórico permite ao profissional conhecer as particularidades da realidade que demanda de sua

---

<sup>6</sup>Lei nº 8662/93

intervenção, refletindo assim a respeito das contradições presentes e buscando sua essência (SANTOS, 2006).

[...] ao profissional cabe o papel de buscar responder às necessidades sociais, sendo portador de fundamentos que não lhe permitem limitar-se ao senso comum e, portanto, não admitem que ele se deixe influenciar por esse falso dilema. A discussão profissional sobre uma questão e/ou pertinência de determinado procedimento não pode limitar-se ao universo do senso comum [...] (FORTI; GUERRA, 2010, p. 4).

Pode-se afirmar que a teoria proporcionará ao profissional uma apreensão da realidade que demanda de sua intervenção sem se limitar ao que está aparente, analisando assim as particularidades de cada situação e inserindo-as em uma totalidade, a partir do conhecimento teórico o assistente social poderá exercer sua função de forma crítica e sem partir do senso comum.

[...] O exercício da profissão exige, portanto, um sujeito profissional que tem competência para propor, para negociar com a instituição os seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e atribuições profissionais. Requer ir além das rotinas institucionais para buscar apreender, no movimento da realidade, as tendências e possibilidades, ali presentes, passíveis de serem apropriadas pelo profissional, desenvolvidas e transformadas em projetos de trabalho (IAMAMOTO, 2008, p. 171).

O profissional do Serviço Social precisa possuir sensibilidade e conhecimento para poder identificar as demandas que requerem sua intervenção e atuar de forma a atender essas demandas e, para isso, se faz necessária uma boa formação teórica e técnica para planejar seu trabalho mapeando e o exercendo de forma comprometida com o projeto profissional (COUTO, 2009).

Um dos grandes desafios hoje colocados aos assistentes sociais consiste em formular projetos que materializarão o trabalho a ser desenvolvido. Cada vez mais, é imperativo ao assistente social identificar aquilo que requer a intervenção profissional, bem como reconhecer de que forma essa intervenção irá responder às necessidades sociais que, transformadas em demandas, serão privilegiadas nos processos de trabalho nos quais a profissão é requerida. (COUTO, 2009, p.651).

O Assistente Social deve possuir um olhar voltado para a emancipação humana e os onze princípios fundamentais do Código de Ética são evocados, podemos citar aqui, por exemplo:

V - Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática; X - Compromisso com

a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional. (BRASIL, 1993)

O Serviço Social é estruturado a partir de um Projeto Ético- Político que propõe a defesa intransigente dos direitos humanos bem como o combate a qualquer forma de preconceito, defendendo o pluralismo<sup>7</sup> na sociedade e no exercício profissional (PAULO NETTO, 2006).

Pensar o projeto profissional supõe articular essa dupla dimensão: a) de um lado, as condições macrossocietárias que tecem o terreno sócio-histórico em que se exerce a profissão, seus limites e possibilidades que vão além da vontade do sujeito individual; b) e, de outro lado, as respostas de caráter ético-político e técnico-operativo – apoiadas em fundamentos teóricos e metodológicos – de parte dos agentes profissionais nesse contexto (IAMAMOTO, 2008, p. 171).

O projeto profissional delimita os objetivos e funções da profissão, bem como os valores que legitimam a mesma formulando assim os requisitos teóricos e práticos para o seu exercício, abrangendo diversas dimensões (PAULO NETTO, 2008).

Esquemáticamente, este projeto tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor central – a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolha entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais (PAULO NETTO, 2006, p.15).

Esse projeto ético-político é construído no interior da categoria profissional no decorrer dos anos e permanece em constante aprimoramento, e se posiciona em favor do aprimoramento profissional, incentivando o mesmo a adotar uma postura investigativa e comprometida com os direitos dos usuários. Segundo Netto (2008), o início da construção do projeto ético-político do serviço social se dá na transição dos anos 1970 aos 1980 enfocando assim a recusa e a crítica ao conservadorismo profissional.

A luta pela democracia na sociedade brasileira, encontrando eco no corpo profissional, criou o quadro necessário para romper com o quase monopólio do conservadorismo no Serviço Social: no processo da derrota da ditadura se inscreveu a primeira condição – a condição política – para a constituição de um novo projeto profissional. Como todo universo heterogêneo, o corpo profissional não se comportou de modo idêntico. Mas as suas vanguardas, na efervescência democrática, mobilizaram-se ativamente na contestação política – desde o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (1979, conhecido como “Congresso da Virada”), os segmentos mais dinâmicos do corpo profissional vincularam-se ao movimento dos trabalhadores e,

---

<sup>7</sup>Conceito utilizado para definir a diversidade, no sentido de que todos os usuários possuem os mesmos direitos.

rompendo com a dominância do conservadorismo, conseguiram instaurar na profissão o pluralismo político [...] (PAULO NETTO, 2008, p. 150).

O projeto deixa claro a sua dimensão política ao se posicionar em favor da equidade e justiça social estabelecendo uma perspectiva de universalização de acesso a bens e serviços sócioassistenciais buscando a ampliação e consolidação da cidadania. “Assim considerando, o projeto profissional expressa uma condensação das dimensões ético-políticas, teórico-metodológicas e técnico-operativas no Serviço Social, englobando a formação e o exercício profissional” (IAMAMOTO, 2008, p. 186).

Esse projeto de profissão e de formação profissional, hoje hegemônico, é historicamente datado. É fruto e expressão de um amplo movimento da sociedade civil desde a crise da ditadura, afirmou o protagonismo dos sujeitos sociais na luta pela democratização da sociedade brasileira. Foi no contexto de ascensão dos movimentos sociais, das mobilizações em torno da elaboração e aprovação da Carta Constitucional de 1988, das pressões populares que redundaram no afastamento do Presidente Collor – entre outras manifestações -, que a categoria dos assistentes sociais foi sendo questionada pela prática política de diferentes segmentos da sociedade civil. E os assistentes sociais não ficaram a reboque desses acontecimentos. Ao contrário, tornaram-se um dos seus co-autores, co-participantes desse processo de lutas democráticas na sociedade brasileira (IAMAMOTO, 2001, p. 50).

A profissão do assistente social é regulamentada pela Lei nº 8.662, aprovada no dia 7 de Junho do ano de 1993, a referida Lei estabelece as condições para o exercício profissional. O Código de Ética profissional é regulamentado pela Resolução CFESS nº 273/93 onde ficam definidos os princípios fundamentais da profissão assim como os direitos e deveres profissionais.

Ao exercer sua função, o profissional do Serviço Social se depara com as mais diversificadas expressões da questão social e para identificá-las e intervir sobre elas de forma eficiente e comprometida, é necessário que esse profissional possua um entendimento e conhecimento das determinações e implicações da crise estrutural do sistema do capital, assim como se faz necessário um profundo conhecimento do Projeto Ético-Político da profissão que está consolidado e vem sendo construído há mais de trinta anos.

### **2.3 Serviço Social e Ensino à Distância (Ead)**

O Ensino à Distância (EAD) no Brasil surgiu durante a década de 1990 sendo utilizado em cursos profissionalizantes e de complementação de estudos. A partir do

ano 2001 o MEC autoriza as instituições de ensino superior a cumprirem até 20% de sua carga horária obrigatória através do ensino EAD (Ensino à Distância), no governo Lula o EAD é implementado como sendo um acesso ao ensino superior pela parcela mais empobrecida da população (CFESS, 2010).

O ensino EAD é caracterizado como uma modalidade de ensino com fins lucrativos e cria um perfil profissional que visa atender as necessidades do mundo do trabalho, sendo assim essa modalidade acaba causando não somente uma precarização dos serviços prestados, mas também da classe trabalhadora. “Temos visto no meio profissional que a corrida dos assistentes sociais para a sua qualificação os leva em alguns casos, a participar de cursos sem qualidade, aligeirados ou voltados para a habilitação no domínio do instrumental” (GUERRA, 2010, p. 718).

De acordo com Guerra (2010), essa precarização no ensino pode causar nos profissionais uma falta de compreensão da noção de direitos e das políticas públicas, formando assim profissionais que atuam de forma assistencialista.

O Conselho Federal de Serviço Social desde o ano 2000 tem realizado debates e discussões a respeito dessa modalidade de ensino ressaltando a baixa qualidade do mesmo.

Quanto à graduação à distância, sabemos que realiza no máximo transmissão de informações, mas jamais formação profissional, como tem denunciado a ABEPSS, o CFESS e a ENESSO em várias notas públicas, inclusive uma que se dirige aos estudantes e profissionais envolvidos nesta modalidade. A maior perversidade desse projeto é essa: estamos produzindo um exército de reserva de trabalhadores de formação superior limitada e que mal tem condições de competir no mercado de trabalho, como mostram os processos de seleção pública e concursos, mas que caem no canto de sereia do acesso, que na verdade é a forma do governo brasileiro corresponder aos parâmetros internacionais de competitividade e atratividade, no contexto da mundialização, no mesmo passo em que reproduz seu projeto político (CFESS, 2010, p. 6).

Podemos notar que os conselhos da categoria profissional se posicionam de forma contrária a implantação de cursos à distância, devido a falta de garantia de uma educação de qualidade e comprometida com os princípios do projeto ético-político da profissão.

## **2.4 Política social no Brasil e sua relação com o Serviço Social**

Cotidianamente entramos em contato com as políticas sociais, esse contato se dá não somente pelos meios mais comuns como: educação, saúde e habitação, mas

também através de diversos programas de assistência sendo que esses programas possuem diferentes públicos. A política social é uma conquista do trabalhador, mas muitas vezes aparecem como “dádivas” advindas da boa vontade dos governantes (FALEIROS, 2006).

Os pensadores do século XVIII e XIX introduziram uma nova visão sobre a relação entre Estado, sociedade civil e bem-estar, os filósofos que procederam esses séculos, tinham uma ideia de política social como uma mediação e, a partir desse novo debate em meados do século XX, a política social passou a ser discutida como uma medida intervencionista tratada no pensamento liberal como um mal necessário (BEHRING, 2006):

[...] Constata-se, que a política social – que atende às necessidades do capital e, também, do trabalho, já que para muitos trata-se de uma questão de sobrevivência - configura-se, no contexto da estagnação, como um terreno importante da luta de classes: da defesa de condições dignas de existência, face ao recrudescimento da ofensiva capitalista em termos do corte de recursos públicos para a reprodução da força de trabalho [...] (BEHRING, 2006, p. 24).

No contexto europeu, a política social surge no final do século XIX juntamente com o *WelfareState*<sup>8</sup> (Estado de Bem-Estar social), como resposta do Estado ao agravamento da questão social e a conquista popular de direitos. Entretanto, preferiu-se o termo Estado Social para designar as configurações particulares em cada formação nacional:

As políticas de saúde, educação, habitação, trabalho, assistência, previdência, recreação e nutrição são objeto de lutas entre diferentes forças sociais, em cada conjuntura, não constituindo, pois, o resultado mecânico da acumulação nem a manifestação exclusiva do poder das classes dominantes ou do Estado. Essas políticas não caem do céu, nem são um presente ou uma outorga do bloco do poder. Elas são ganhos conquistados em duras lutas e resultados de processos complexos de relação de forças (FALEIROS, 2006, p. 62).

De acordo com Pereira (2009) as políticas sociais têm origem na Europa com as leis voltadas para pessoas em situação de pobreza conhecidas como Lei dos Pobres (*PoorLaws*), porém essas leis eram criadas com o intuito de punir e controlar a chamada vagabundagem. Assim, foram separados os pobres válidos dos inválidos,

---

<sup>8</sup>*WelfareState*: Estado do Bem-estar Social, modelo estatal de intervenção na economia de mercado que, ao contrário do modelo liberal que o antecedeu, fortaleceu e expandiu o setor público e implantou e geriu sistemas de proteção social (ALVES, 2009).

sendo que os primeiros eram levadas para as *WorkHouses* como forma de discipliná-los para o trabalho “livre”. Quanto aos inválidos “doentes, idosos e crianças” eram considerados os pobres merecedores, os legítimos usuários de algum tipo de assistência por parte do Estado, por serem incapazes para o trabalho. Alguns autores identificam política social e *WelfareState* como sendo conceitos equivalentes, no entanto outros autores se posicionam de forma contrária colocando que, ao contrário da política social o *WelfareState* tem um caráter normativo e regulador.

Tem-se assim uma amostra da propensão da política social de suscitar controvérsias e de atrair para si reflexões e posturas críticas. Estudos especializados chamam a atenção para o fato de ela ser uma coisa viva, dinâmica, e não uma lista estática de objetivos, regras, planos e leis. Sua constituição, como já enfatizado, decorre de conflitos de interesses e de constante relação (não necessariamente harmoniosa) entre Estado e Sociedade. E sua formulação requer prévia estipulação de conceitos, teorias e objetivos que inspirem decisões, escolhas e compromissos, muito embora, na prática, percebam-se hiatos entre o que foi concebido e realizado (PEREIRA, 2009, p. 29).

A conquista de direitos civis e políticos reivindicados pelos movimentos de massa nos séculos XIX e XX juntamente com o avanço da cidadania, transformou o sistema de proteção social em um sistema de ampliação da cidadania. As políticas sociais surgem a partir da necessidade dos indivíduos “A pirâmide de serviços seria estruturada a partir de uma focalização das necessidades a muitos níveis: a comunidade, o homem na comunidade, o homem na esfera social e a pessoa (FALEIROS, 2009, p. 29)”.

A política social pode ser entendida como uma forma de enfrentamento das desigualdades sociais, desigualdades essas que perpassam a história da sociedade.

A análise da política social implica, assim, metodologicamente a consideração do movimento do capital e, ao mesmo tempo, dos movimentos sociais concretos que o obrigam a cuidar da saúde, da duração da vida do trabalhador, da sua reprodução imediata e a longo prazo. É necessário considerar também as conjunturas econômicas e os movimentos políticos em que se oferecem alternativas a uma atuação do Estado (FALEIROS, 2009, p. 59).

As políticas sociais ideologicamente possuem a intenção de reintegrar os cidadãos que se encontram em situação de vulnerabilidade ou risco social, cada política é criada e destinada a um determinado público alvo, seguindo diversos critérios (FALEIROS, 2009).



No Brasil somente a partir da Constituição de 1988 é que se passa a ter uma construção para a implantação de políticas públicas na perspectiva da garantia de direitos, porém muitos desafios foram encontrados no decorrer da implementação do conceito previsto na Constituição (BEHRING, 2008).

## CAPÍTULO II

### **3 POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NA CENA CONTEMPORÂNEA: TRABALHO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL**

#### **3.1 A longa travessia no deserto: a consolidação da assistência social enquanto direito**

Com a Constituição de 1988, tem início a construção de uma nova concepção para a Assistência Social brasileira. Incluída no âmbito da Seguridade Social e regulamentada pela Loas em Dezembro de 1993, como política social pública, a assistência social inicia seu trânsito para um campo novo: o campo ao direitos, da universalização dos acessos e da responsabilidade estatal (YAZBEK, 2004, p. 12).

No período que precede a Constituição de 1988, não existia uma preocupação do Estado quanto ao atendimento das necessidades sociais da população, sendo que os cidadãos que se encontravam à margem da sociedade eram atendidos pelos religiosos através de obras de caridade (COUTO, 2008). “No entanto, foi no movimento pela redemocratização brasileira, no contexto do período pré-constituente [...] que a assistência social começou a ganhar visibilidade como política social, campo do direito social (COUTO, 2008, p. 166)”.

De acordo com Mestriner (2008), a Assistência Social no Brasil foi inicialmente direcionada por uma natureza de amparo e benemerência, e mesmo depois de se firmar como política pública possuindo como proposta a legitimação de direitos apoiado em um saber técnico, não se desvencilhou totalmente de sua ideologia inicial:

Na última década do milênio, com a inserção constitucional da assistência social como política pública efetivadora de direitos sociais, tem-se seu embate com a filantropia tradicional e o impasse da reformulação da relação Estado-organizações sem fins lucrativos, constituindo-se o que poderíamos chamar de filantropia democratizada (MESTRINER, 2008, p 293).

A Assistência Social é uma prática antiga e inicialmente ligada a filantropia, somente se tornou política pública recentemente, essa política possui como público pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade social. “A proteção social, para esta política, é compreendida como o alcance de mínimos sociais que assegurem sentido de pertença e inclusão social” (CARVALHO, 2006, p. 124).

O campo da assistência social sempre foi uma área muito nebulosa da relação entre Estado e sociedade civil no Brasil. Para compreendê-la, é

preciso inscrevê-la no contexto da sociedade de capitalismo tardio que se revelou o Brasil. Conceitos como assistencialismo e clientelismo têm sido apontados como constitutivos de uma sociedade conservadora que, por muito tempo, considerou a pobreza como um atributo individual daqueles que não se empenharam para superá-la (COUTO, 2008, p. 164).

A assistência social no Brasil, foi estabelecida como política pública pela Constituição Federal no ano de 1988, no ano de 1993 foi promulgada a LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social através da Lei nº 8.742, a referida lei estabelece critérios e normas para a organização da assistência social: “a política de Assistência Social, enquanto forma tradicional de intervenção do Estado no enfrentamento das expressões da questão social deve ser entendida fundamentalmente como uma política social específica” (ALVES, 2009, p. 24).

Política pública significa, portanto, ação coletiva que tem por função concretizar direitos sociais demandados pela sociedade e previstos nas leis. Ou, em outros termos, os direitos declarados e garantidos nas leis só têm aplicabilidade por meio de políticas públicas correspondentes, as quais, por sua vez, operacionalizam-se mediante programas, projetos e serviços (PEREIRA, 2008, p. 223).

A regulamentação da LOAS traz consigo uma nova visão no que se refere a assistência social, pois a Lei mostra a mesma como um dever do Estado e não como uma ação compensatória, fugindo assim completamente da ideologia conservadora, a LOAS configura a assistência social como proteção, segurança social e seguridade social (SPOSATI, 2005).

A apresentação de motivos para a inclusão da assistência social na Constituição repudia o conceito de população beneficiária como marginal ou carente, o que seria vitimizá-la, pois suas necessidades advêm da estrutura social e não de caráter pessoal (SPOSATI, 2005, p. 42).

A partir da implantação da Política Nacional de Assistência Social<sup>9</sup> – PNAS, se estabelece no Brasil novos e importantes procedimentos em relação à prestação de serviços socioassistenciais, bem como, uma mudança relativa à gestão e ao financiamento dessa política (PAIVA, 2006).

Nesse contexto, pensar as políticas sociais para além do horizonte da mera estratégia de acomodação de conflitos requer referenciá-la no processo de disputa política pelo excedente econômico real pelas massas historicamente expropriadas, de maneira a que ela não possibilite somente reduzir as manifestações mais agudas da pobreza, através da ampliação dos serviços

---

<sup>9</sup>PNAS/2004: implantada pela Resolução nº 145 do Conselho Nacional de Assistência Social, publicada no Diário Oficial de 28 de Outubro de 2004.

sociais básicos e do seu acesso, mas, sobretudo, permitir que **“a política social torne-se um instrumento de transformação social que mobiliza e organiza as massas a partir de seus interesses mais fortes” (Ouriques, 2005:140)**. Insistir na densidade político-emancipatória das políticas sociais, na sua condição de mecanismo estratégico de distribuição das riquezas produzidas coletivamente, tem por objetivo alertar para a necessidade e potencialidade de uma radical democratização dos modelos institucionais nas diferentes áreas de atuação setorial, no conjunto das medidas de proteção social (PAIVA, 2006, p. 6).

De acordo com Mestriner (2008), a assistência social é compreendida como um conjunto de ações e atividades que são desenvolvidas em áreas públicas e privadas, e tem o objetivo de diminuir ou prevenir, através de técnicas próprias, necessidades relativas à sobrevivência, convivência e autonomia social de indivíduos ou grupos. “A assistência social, além de delimitar a ação a um campo, o social, institucionaliza uma prática, imprime uma racionalidade, constrói um conhecimento” (MESTRINER, 2008, p. 16).

Em primeiro lugar, é preciso deixar claro que a assistência social de que falam a Constituição Federal de 1988, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) – que regulamenta os artigos 203 e 204 da referida Constituição – e, mais recentemente, a PNAS é uma política social pertencente ao gênero política pública. É, portanto, uma política social pública, como são a saúde, a previdência, a educação etc. (PEREIRA, 2008, p. 222).

Os direitos abrangidos pelas políticas públicas são os direitos sociais, visto que esses se guiam pelo princípio da igualdade e mesmo possuindo em seu horizonte os direitos individuais, são guiados pelo princípio da liberdade (PEREIRA, 2009).

A identificação das políticas públicas com os direitos sociais decorre do fato de esses direitos terem como perspectiva a equidade, a justiça social, e permitirem à sociedade exigir atitudes positivas, ativas do Estado para transformar esses valores em realidade. Daí porque, no campo de atuação das políticas públicas, a participação do Estado, seja como regulador, seja como provedor ou garantidor de bens públicos como direito, é considerada fundamental (PEREIRA, 2009, p. 102).

Para ser efetivada como um direito social, as políticas públicas não podem estar voltadas unicamente para sanar as necessidades biológicas do indivíduo, tendo em vista que o ser humano é um ser social essas políticas devem contribuir com o direito à autonomia, à informação, à convivência familiar e comunitária saudável entre outros (PEREIRA, 2009).

Historicamente, a assistência social surge como um atendimento às carências de populações em situação de vulnerabilidade e risco social, esses serviços assistenciais inicialmente possuíam caráter de caridade e concessão de favores.

Os esforços de redimensionamento crítico da assistência social no campo das políticas sociais, que culminaram com a aprovação da LOAS, procuraram enfrentar esse modo de conceber a proteção social aos mais pobres mediante propostas afirmativas que contivessem a positividade do direito (RAICHELIS, 2008, p. 149).

A criação da Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS no ano de 1993 define a assistência social como política pública. De acordo com seu artigo 1º define a Assistência Social como:

Direito do cidadão e dever do Estado e que se trata de uma política de seguridade social não contributiva, que deve prover os mínimos sociais através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas (LOAS, 1993, p. 6).

A LOAS trouxe um grande avanço no que se refere a assistência social no Brasil, e traz em seu artigo 2º os objetivos da mesma, sendo eles:

I – a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e a velhice;  
II – o amparo às crianças e adolescentes carentes;  
III – a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;  
V – a garantia de 1 (um) salário mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família (LOAS, 2010, p. 6).

No Brasil, a LOAS determina a organização da assistência social em um sistema descentralizado e participativo que é composto pelo poder público e pela sociedade civil. O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, implantou o Sistema Único de Assistência Social – SUAS, que articula meios, esforços e recursos para a execução dos programas, serviços e benefícios socioassistenciais.

Com a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS – foram definidos os princípios, as diretrizes, as competências, a gestão e o financiamento da política de Assistência Social, fato revelador dos avanços a que nos referimos, posto que construída numa conjuntura adversa à expansão da Assistência Social como política pública. Contudo, a sua implementação revelou uma acentuada tendência à focalização, seletividade e fragmentação, comprometendo o princípio de universalidade, continuidade e sistematicidade das ações (MOTA, 2008, p. 186).

Podemos verificar que o Artigo 1º da LOAS coloca que a assistência social deve prover os mínimos sociais, porém essa definição pode cair no fatalismo de na garantia do mínimo, não atender as necessidades básicas de sobrevivência dos usuários.“[...] Contudo,os mínimos sociais [...] são geralmente definidos como recursos mínimos, destinados a pessoas incapazes de prover por meio do seu próprio trabalho a sua subsistência” (PEREIRA, 2008, p. 16).

Em consonância com Pereira (2008), a política de assistência no Brasil é tratada como uma política de provisão de mínimos sociais para atender as necessidades básicas de quem dela necessitar, essa definição traz à luz alguns impasses, pois não se possui parâmetros definidos à respeito dos mínimos necessários, a falta desses parâmetros gera uma confusão no que se diz respeito a às necessidades sociais:

Mínimo e básico são, na verdade, conceitos distintos, pois, enquanto o primeiro tem a conotação de menor, de menos, em sua acepção mais ínfima, identificada com patamares de satisfação de necessidades que beiram a desproteção social, o segundo não. O básico expressa algo fundamental, principal, primordial, que serve de base de sustentação indispensável e fecunda ao que a ela se acrescenta. Por conseguinte, a nosso ver, o básico que na LOAS qualifica as necessidades a serem satisfeitas (necessidades básicas) constitui o pré-requisito ou as condições prévias suficientes para o exercício da cidadania em acepção mais larga. Assim, enquanto o mínimo pressupõe supressão ou cortes de atendimentos, tal como propõe a ideologia liberal, o básico requer investimentos sociais de qualidade para preparar o terreno a partir do qual maiores atendimentos podem ser prestados e otimizados (PEREIRA, 2008, p. 26).

Podemos notar que a falta de parâmetros para o conceito de mínimo social acaba por desfavorecer o atendimento das necessidades sociais básicas dos usuários da política de assistência social, assumindo assim uma ação de caráter emergencial. A partir da regulamentação da LOAS no ano de 1993, a assistência social brasileira alcançou um novo patamar, tendo em vista que a referida lei é colocada como uma possibilidade aos usuários das políticas públicas ocuparem um protagonismo social. “A LOAS exige que as provisões assistenciais sejam prioritariamente pensadas no âmbito das garantias de cidadania sob a vigilância do Estado [...]” (YAZBEK, 2004, p. 13).

A proteção social na assistência social inscreve-se, portanto, no campo de riscos e vulnerabilidades sociais que, além de provisões materiais, deve afiançar meios para o reforço da auto-estima, autonomia, inserção social, ampliação da resiliência dos conflitos, estímulo à participação, equidade,

protagonismo, emancipação, inclusão social e conquista de cidadania (SPOSATI, 2004a, p. 43).

Com a Constituição de 1988 que regulamenta a assistência social como sendo um direito, a assistência passa a assumir uma nova ideologia afastando-se de suas bases conservadoras que visualizavam a assistência de forma filantrópica. A assistência social está amparada no Artigo 203 da Constituição Federal de 1988:

**Art.203-** A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:  
**I** - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;  
**II** - o amparo às crianças e adolescentes carentes;  
**III** - a promoção da integração ao mercado de trabalho;  
**IV** - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;  
**V** - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

A Política Nacional de Assistência Social – PNAS foi implantada no ano de 2004 e trouxe consigo grandes avanços no que se refere à prestação de serviços sócio assistenciais, no seu texto especifica os princípios, diretrizes e objetivos da política, bem como o conceito e base organizacional do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. “Nesse sentido a Política Pública e Assistência Social marca sua especificidade no campo das políticas sociais, pois configura responsabilidades de Estado próprias a serem asseguradas aos cidadãos brasileiros” (PNAS, 2004, p. 32).

A Política Pública de Assistência Social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, considerando as desigualdades socioterritoriais, visando seu enfrentamento, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais, sob essa perspectiva, objetiva:

- Prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e, ou, especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitarem.
- Contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em áreas urbana e rural.
- Assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária (PNAS, 2004, p. 33).

Podemos dizer que é o Sistema Único de Assistência Social - SUAS que deveria promover o bem-estar e a proteção social as famílias, crianças, adolescentes e jovens, a pessoas com deficiência, idosos e a todos que dela necessitarem e as

suas ações são baseadas nas orientações da nova Política Nacional de Assistência Social – PNAS de 2004.

O SUAS deveria colocar em prática tudo o que está previsto no conteúdo da LOAS, definindo e organizando os aspectos necessários para a execução da política de assistência possibilitando assim normatização dos padrões nos serviços prestados, bem como uma maior qualidade no atendimento (PNAS, 2004).

Os benefícios e programas do SUAS tem como foco a atenção às famílias, buscando a autonomia das mesmas através de benefícios e programas continuados.

O SUAS, cujo modelo de gestão é descentralizado e participativo, constitui-se na regulação e organização em todo território nacional das ações socioassistenciais. Os serviços, programas, projetos e benefícios têm como foco prioritário a atenção integral às famílias, seus membros e indivíduos e o território como base de organização, que passam a ser definidos pelas funções que desempenham, pelo número de pessoas que deles necessitam e pela sua complexidade (PNAS, 2004, p. 39).

A assistência social é uma política pública que o cidadão não precisa contribuir para ter acesso, é um direito para aqueles que dela necessitar, os cidadãos e grupos que se encontram em situação de vulnerabilidade e riscos sociais.

Afinal, a assistência existe para atender às necessidades sociais, colocando-se como um contraponto à lógica da rentabilidade econômica. Portanto, não faz sentido tal política cobrar dos credores de uma considerável dívida social qualquer tipo de contrapartida. Por isso, além de ela ser gratuita e não contributiva, nos termos da LOAS, não deve funcionar como mercadoria ou valor de troca mercantil. E toda instituição de assistência social deve ser, por natureza e definição, sem fins lucrativos, a par de ter finalidade pública (PEREIRA, 2008, p. 225).

Portanto, é dever do Estado e direito de todo cidadão, e a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS de 1993 é que estabelece os objetivos, os princípios e diretrizes das ações.

Os direitos sociais são fundamentados pela ideia de igualdade, uma vez que decorrem do reconhecimento das desigualdades sociais gestadas na sociedade capitalista [...] Expressam-se pelo direito à educação, à saúde, ao trabalho, à assistência e à previdência [...] Os direitos sociais possuem caráter redistributivo, buscam promover a igualdade de acesso a bens socialmente produzidos, a fim de restaurar o equilíbrio para a coesão social [...] (COUTO, 2008, p. 48).

Nota-se na política social do Brasil no século XXI uma prevalência de programas de transferência de renda, um deles é o Programa Bolsa Família criado no



ano de 2003 como proposta de unificação dos programas de transferência de renda e também a diminuição de programas municipais e estaduais (SILVA e SILVA, 2008).

[...] no Brasil, a ideia de Programas de Transferência de Renda passa a integrar a agenda pública a partir de 1991, quando é apresentado e aprovado no Senado Federal o Projeto de Lei de autoria do senador petista Eduardo Suplicy, propondo a instituição do Programa de Garantia de Renda Mínima – PGRM, destinado a todos os brasileiros residentes no país, maiores de 25 anos de idade que auferissem uma renda que corresponda, a cerca de três salários mínimos [...] (SILVA; SILVA, 2008, p. 16).

Com a concessão do benefício de transferência de renda se busca instituir uma renda mínima aos cidadãos em situação de vulnerabilidade, no intuito de atender suas despesas básicas com alimentação saúde e educação.

[...] É sabido que, na maioria dos casos, os benefícios pagos pela política de assistência social, através dos programas de transferência de renda, acabam assumindo um importante peso na renda, quando não, a única fonte de renda das muitas famílias nas localidades mais longínquas do Brasil (MOTA, 2008, p.154).

Segundo Mota (2008), o BPC – Benefício de Prestação Continuada – é considerado o maior programa assistencial de transferência de renda, no caso deste programa é concedido ao beneficiário o valor de um salário mínimo. A Constituição Federal de 1988 trouxe aos brasileiros uma ampliação dos direitos sociais expandindo os deveres do Estado com os cidadãos trazendo assim uma maior visibilidade dos problemas sociais e introduzindo uma noção de seguridade social.

Os programas de transferência de renda assistenciais começaram a ser implementados no final dos anos 80 e início da década de 90 do século XX. Porém, somente depois da experiência mexicana, já em meados dessa última década, os demais países passam a ser estimulados a tomá-la como referência. A partir de então, ganham visibilidade em toda a região, estimulados pelos objetivos estabelecidos, por ocasião da Conferência de Copenhague (1995), seguidos da Declaração dos Objetivos do Milênio, a serem cumpridas até o ano de 2015, e referem-se aos esforços mundiais para reduzir a pobreza, melhorar a saúde e promover a paz, os direitos humanos e a sustentabilidade ambiental (STEIN, 2009, p. 200).

A partir do ano de 2001 foi criada no Brasil a rede de proteção social que priorizava os programas de transferência de renda a famílias em situação de pobreza e vulnerabilidade social, inicialmente chamados de Programa Nacional de Renda Mínima, Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás entre outros. Houve também a expansão de programas que foram implantados desde 1996 como o Benefício de

Prestação Continuada e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (SILVA; SILVA, 2008).

Segundo Silva e Silva, os Programas de Transferência de Renda são:

[...] entendidos como aqueles que atribuem uma transferência monetária a indivíduos ou a famílias, mas que também associam a essa transferência monetária, componente compensatório, outras medidas situadas principalmente no campo das políticas de educação, saúde e trabalho, representando, portanto, elementos estruturantes, fundamentais, para permitir o rompimento do ciclo vicioso que aprisiona grande parte da população brasileira nas amarras da reprodução da pobreza. (SILVA; SILVA, 2008, p. 22).

O sistema de proteção social brasileiro se expandiu durante as décadas de 1970 a 1980, porém, nota-se até os anos 1990 uma instabilidade e descontinuidade dos programas sociais bem como um distanciamento entre os formuladores de políticas e beneficiários gerando assim uma insuficiência e ineficiência dos programas e também desperdício de recursos (SILVA; SILVA, 2008).

A descontinuidade e fragmentação são uma das características históricas da Assistência Social no Brasil. Mesmo com a Constituição de 1988 e a aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, que são considerados divisores de águas entre o feitiço da ajuda e a criação de uma política pública, constitutiva de direitos, estas marcas não foram totalmente superadas (MOTA, 2008, p. 186).

Os programas sociais não atendiam as necessidades de sobrevivência de todos, notando-se assim uma necessidade de uma maior intervenção governamental no que se diz respeito à extinção da pobreza e garantia de bem-estar, sendo assim iniciou-se um debate à respeito da importância da distribuição de renda para o combate a desigualdade social e à miséria (SILVA; SILVA, 2008).

[...] Mais do que viabilizar medidas que alteram o escopo da seguridade social brasileira inscrita na Constituição de 1988, o que está em discussão é o próprio desenho da proteção social no Brasil em face da construção de um novo modo de tratar a “questão social” brasileira, focando-a enquanto objeto de ações e programas de combate a pobreza à moda dos organismos financeiros internacionais, donde a centralidade dos programas de transferência de renda (MOTA, 2008, p. 140).

Esse combate aconteceria através de programas sociais de complementação monetária considerando um nível mínimo de renda necessário à sobrevivência, que contemplasse as pessoas que se encontravam situada abaixo desse nível.

[...] o debate sobre Renda Mínima, no Brasil, assume novo patamar, qualificado por duas inovações: introdução da unidade familiar no lugar do

indivíduo como beneficiário dos programas e vinculação da transferência monetária com a educação, na perspectiva de romper com o caráter assistencial pela incorporação de um componente estrutural, influenciando fortemente, o estabelecimento dos programas implantados a partir de 1995 que passam a ter a família como unidade beneficiária e a obrigatoriedade de ingresso e frequência de crianças, em idade escolar, na rede de ensino (SILVA; SILVA, 2008, p. 96).

O marco dos programas de transferência de renda foi a criação e aprovação do Projeto de Lei nº 80/1991 propondo a instituição do Programa de Garantia de Renda Mínima “Essa temática instituiu um debate, embora ainda muito restrito, que introduziu, definitivamente, na agenda pública brasileira, a possibilidade da implementação de Programas de Transferência de Renda [...]” (SILVA; SILVA, 2008, p. 38).

Esses programas funcionariam como uma complementação da renda de famílias pobres através da transferência direta de um auxílio financeiro tendo por base o tamanho da família “Essas famílias seriam identificadas pela fixação de um determinado corte de renda, acrescido de outros critérios, em especial, a existência de crianças em idade escolar na família” (SILVA; SILVA, 2008, p. 38).

[...] na impossibilidade de garantir o direito ao trabalho – que pelas condições que assume o trabalho no capitalismo contemporâneo, quer pelo alto nível de desemprego no qual nos encontramos, ou, ainda, pela orientação da política econômica posta em prática – o Estado amplia o campo de atuação da assistência, assumindo como usuários da mesma os aptos para o trabalho. Ou seja, em tempos de crise, a assistência social incide tanto junto aos pobres e miseráveis, como aos desempregados, os desqualificados para o mercado de trabalho, além dos tradicionalmente considerados inaptos para produzir. [...] Nesta linha poder-se-ia argumentar que a assistência estaria assumindo a condição de política estruturadora das demais políticas sociais, como emprego e renda, qualificação profissional, dentre outras (MOTA, 2008, p. 189).

A partir do ano de 1992 foi inserido na agenda pública discussões sobre a temática fome e pobreza, destacando-se nesse cenário, iniciativas como a Campanha Nacional da Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela vida que ficou conhecida como “campanha da fome” e mais tarde no ano de 1993 passou a se chamar Plano de Combate à Fome e à Miséria (SILVA; SILVA, 2008).

São colocadas a possibilidade de duas orientações para os Programas de Transferência de Renda são elas: Transferência de Renda enquanto programas compensatórios que se orientam pelo entendimento de que o desemprego e a exclusão social são inevitáveis, tendo como objetivo a garantia do indivíduo enquanto

consumidor e abrandar os efeitos da pobreza e desigualdade social; Transferência de Renda enquanto programas de redistribuição de renda, que possui pressupostos redistributivos com o objetivo de alcançar a autonomia do cidadão visando a garantia de uma vida digna (SILVA; SILVA, 2008).

Historicamente, a política de assistência social caracteriza-se como uma ação compensatória que, ao lado das demais políticas eu compõem a seguridade social, têm a finalidade de dar cobertura aos riscos sociais a que estão sujeitos os trabalhadores. Na conjuntura atual, esta dimensão compensatória é redimensionada em função do crescimento do desemprego e das massas de trabalhadores supérfluos para o capital. Como tal, a assistência tende a assumir um papel na esfera da proteção social que termina por suprir necessidades que seriam do âmbito de outras políticas, como é o caso do trabalho (MOTA, 2008, p. 196).

Os programas de transferência de renda ainda possuem alguns limites e falhas como a falta de acompanhamento e avaliação destes, bem como uma insuficiência no que diz respeito ao direcionamento ao público que mais necessita do mesmo.

Instala-se uma fase na qual a Assistência Social, mais do que uma política de proteção social, se constitui num mito social. Menos pela sua capacidade de intervenção direta e imediata, particularmente através dos programas de transferência de renda que têm impactos no aumento do consumo e no acesso aos mínimos sociais de subsistência para a população pobre, e mais pela sua condição de ideologia e prática política, robustecidas no plano superestrutural pelo apagamento do lugar que a precarização do trabalho e o aumento da superpopulação relativa tem no processo de reprodução social (MOTA, 2008, p. 141).

Podemos notar no país ainda a existência predominante do clientelismo e concessão de favores, sendo que a população usuária em sua maioria não vê os programas sociais como um direito conquistado.

### **3.2 O trabalho do/da Assistente Social no CADÚNICO – um debate sobre a inserção do/da profissional a partir da sua regulamentação**

O CADÚNICO foi formulado com o intuito de traçar o perfil das famílias em situação de vulnerabilidade social para assim garantir uma maior eficiência na elaboração de programas sociais que contemplem as mesmas, ao se inserir no cadastro o responsável familiar irá prestar informações de todo o núcleo familiar bem como da estrutura de moradia e condições sanitárias.

Nesse contexto dos programas sociais se insere o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo - CADÚNICO<sup>10</sup>, que é um programa que funciona como um instrumento para identificar e caracterizar as famílias que estão em situação de vulnerabilidade e que permite conhecer a realidade em que a família está inserida, trazendo informações de todo o núcleo familiar bem como as características do domicílio e as formas de acesso a serviços públicos (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS).

Dentre os programas e benefícios do CADÚNICO, o Programa Bolsa Família – PBF é o mais conhecido pelos usuários, é um programa de transferência direta de renda, destinado às famílias que se encontram em situação de pobreza e extrema pobreza. O objetivo do programa é promover o alívio imediato da pobreza, para o recebimento do benefício é necessário que a família possua um perfil de renda per capita de R\$ 77,00 a R\$ 157,00 mensais (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS).

[...] Bolsa Família (PBF), originalmente vinculado à Presidência da República, e hoje ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, foi criado pela Medida Provisória n. 132, de 20 de Outubro de 2003, sancionado pela Lei n. 10.836, de 9 de Janeiro de 2004, e regulamentado pelo Decreto n. 5.209, de 17 de Setembro de 2004. Visa unificar os procedimentos de gestão e execução das ações de transferência de renda com condicionalidades (STEIN, 2009, p. 202).

O MDS estabelece alguns critérios de estrutura e funcionamento aos municípios para ser instalado o CADÚNICO, em relação a infraestrutura é necessário que os municípios disponham de locais que funcionem de forma contínua para o atendimento das famílias que desejam se inscrever no CADÚNICO ou atualizar seus dados cadastrais, esses locais devem possuir condições para receber os usuários assim como espaço adequado para o trabalho dos digitadores equipado com

---

<sup>10</sup> Cadastro Único: regulamentado pelo Decreto nº 6.135/07

computadores com acesso à internet e impressoras e local para arquivamento dos formulários, no que se refere a equipe de trabalho define:

Recomenda-se que a equipe tenha a seguinte composição, lembrando que o número de trabalhadores por função dependerá da demanda de cada local: **Gestor/ Coordenador:** responsável por coordenar as atividades e a equipe do Cadastro Único; planejar; monitorar e avaliar as ações de cadastramento; elaborar relatórios; articular e implementar parcerias; e receber e tratar denúncias de irregularidades. O gestor/coordenador deve ter experiência na área social e em gestão, perfil de liderança e capacidade de transmitir conteúdos. **Entrevistador:** responsável por receber as famílias e agendar as entrevistas, entrevistar (nos postos de atendimento e na residência da família, em casos de visita domiciliar) e, idealmente, digitar os dados coletados no Sistema de Cadastro Único. O entrevistador deve ter, preferencialmente, ensino médio completo, além de possuir boa caligrafia, perfil de atendimento ao público, conhecimento básico em informática e capacidade de trabalhar em equipe. O profissional somente poderá realizar entrevistas quando fizer a Capacitação de Preenchimento de Formulários, oferecida pelo MDS ou pelo estado. **Digitador:** responsável por digitar os dados coletados no Sistema de Cadastro Único e que, idealmente, também fez a entrevista com a família. Esse profissional também organiza os arquivos e confere os formulários. O digitador deve ter, preferencialmente, ensino médio completo, conhecimento básico em informática, habilidade em digitação, perfil de atendimento ao público e capacidade de trabalhar em equipe. Somente poderá utilizar o Sistema de Cadastro Único depois de fazer a capacitação oferecida pela CAIXA. **Técnico de nível superior:** responsável por realizar as visitas domiciliares para averiguação cadastral e fiscalização, atender e encaminhar as famílias para outros serviços e tratar denúncias de irregularidades. Deve ter conhecimento básico em informática, capacitação em acolhida e escuta, capacidade de trabalhar em equipe, perfil articulador, perfil de atendimento ao público e capacidade de transmissão de conhecimentos (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME – MDS).

O local de funcionamento do CADÚNICO é concedido pelo município, atendendo aos critérios acima citados, alguns municípios optam por instalar o CADÚNICO no mesmo espaço físico de funcionamento do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS já que o mesmo é uma unidade onde são organizados os serviços de proteção social básica. O CADÚNICO mesmo que instalado juntamente ao CRAS possui gestão e funcionários independentes.

Segundo informações do MDS o total de famílias inscritas no CADÚNICO no estado do Tocantins até Setembro de 2015 é de 281.055, sendo que desse montante 3.856 são do município de Miracema do Tocantins, que conforme dados do último censo do IBGE 2010 possui um total de 20.684 habitantes. Ao se cadastrar as famílias tem acesso a mais de 20 programas sociais dentre eles estão: Tarifa social de energia, Minha casa minha vida, Bolsa verde, Programa bolsa família, etc. A inclusão no CADÚNICO é uma condição para se ter acesso a todos os programas sociais voltados para a população sejam eles de esfera federal, estadual ou municipal.

O Programa Bolsa Família - PBF é o mais conhecido entre os usuários e também o mais buscado pelos mesmos, dentre os inscritos no CADÚNICO na cidade de Miracema do Tocantins um total de 2.042 famílias são beneficiárias do PBF. Cabe ao CADÚNICO além de inscrever as famílias e fazer a atualização cadastral das mesmas, propiciar aos usuários informações referentes aos programas de forma clara, assim como acompanhar o cumprimento das condicionalidades impostas pelos programas.

O profissional assistente social exerce seu trabalho regido por um Código de Ética Profissional e um Projeto de Formação Ético-Político que incentiva o mesmo a adotar uma postura investigativa e comprometida com os direitos dos usuários, possuindo assim capacidade teórico-metodológica e ético-política para trabalhar de forma efetiva no Programa Bolsa Família.

Segundo o Artigo 5º da Lei 8.662/93 que regulamenta a profissão do Serviço Social, são atribuições privativas do assistente social:

Art. 5º - Constituem atribuições privativas do (a) assistente social: I - coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social; II - planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social; III - assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social; IV - realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social; V - assumir, no magistério de Serviço Social tanto a nível de graduação como pós-graduação, disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios e adquiridos em curso de formação regular; VI - treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social; VII - dirigir e coordenar Unidades de Ensino e Cursos de Serviço Social, de graduação e pós-graduação; VIII - dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudo e de pesquisa em Serviço Social; IX - elaborar provas, presidir e compor bancas de exames e comissões julgadoras de concursos ou outras formas de seleção para Assistentes Sociais, ou onde sejam aferidos conhecimentos inerentes ao Serviço Social; X - coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre assuntos de Serviço Social; XI - fiscalizar o exercício profissional através dos Conselhos Federal e Regionais; XII - dirigir serviços técnicos de Serviço Social em entidades públicas ou privadas; XIII - ocupar cargos e funções de direção e fiscalização da gestão financeira em órgãos e entidades representativas da categoria profissional.

A população beneficiada pelo PBF são em sua maioria famílias de baixa renda e que vivem em situação de vulnerabilidade e risco social, sabe-se que o CRAS devido a grande demanda e ao quadro enxuto de funcionários, muitas vezes não consegue absorver a demanda da população. O profissional do Serviço Social irá analisar cada

situação a partir do contexto histórico da realidade onde se encontram inseridos os usuários.

No seu cotidiano de trabalho, o assistente social pode se utilizar de diversas formas para realizar sua intervenção, essas são reconhecidas pela categoria como instrumentais, a escolha do instrumental deve levar em consideração as relações sociais presentes na realidade que demanda de sua intervenção, sendo que esse não deve possuir um caráter puramente funcional (GUERRA, 2009).

Mais especificamente: se o produto final do trabalho do assistente social consiste em provocar alterações no cotidiano dos segmentos que o procuram, os instrumentos e técnicas a serem utilizados podem variar, porém devem estar adequados para proporcionar os resultados concretos esperados. Para tanto, as ações instrumentais – mobilização de meios para o alcance dos objetivos imediatos – são, não apenas suficientes como necessárias (GUERRA, 2009, p. 157).

Para acrescentar instrumentalidade às suas ações é necessário que o assistente social possua um embasamento teórico, pois para um domínio do instrumental o profissional deverá possuir conhecimento das finalidades e das formas de alcançá-las, é de extrema importância que o profissional não se delimite a uma atividade puramente técnica, sendo assim as atividades devem possuir uma relação entre teoria e prática (GUERRA, 2009).

No Serviço Social, a instrumentalidade não se resume somente ao uso de instrumentos e técnicas, diz respeito também a como o profissional fará uso dos instrumentos para agir de forma a ultrapassar as aparências de um determinado caso e assim estudar a sua essência, essa ação acontecerá através de um processo reflexivo, sendo assim o profissional precisa compreender a totalidade da vida social para então refletir sobre a intervenção (GUERRA, 2000).

O assistente social é um intelectual que intervém na realidade social, habilitado a operar em área particular, mas para isso precisa considerá-la com competência, o que significa entender que o particular é parte da totalidade. Assim, cabe exercitar o tempo todo a sua capacidade de captar criticamente essa realidade social que é contraditória e dinâmica, o que pressupõe busca constante de sustentação teórica, política e ética (FORTI; GUERRA, 2010, p. 8).

Para dar instrumentalidade às suas ações se faz necessário que o profissional possua um conhecimento teórico, assim o mesmo ao analisar uma determinada situação não ficará preso às aparências.



A teoria, por ser condição para explicar o real, pode contribuir com a descoberta de possíveis ações humanas. Essa constatação remete, mais uma vez, ao fato de que o âmbito da teoria é o âmbito da possibilidade, ou seja, a teoria possibilita a prática, mas não de forma imediata (SANTOS, 2006, p. 132).

O assistente social dentro do Cadastro Único e em qualquer outro espaço deverá exercer seu trabalho pautado pela defesa dos interesses do usuário, e não deverá pautar a sua atuação por interesses específicos, dentre os princípios do Código de Ética da profissão estão: o reconhecimento da liberdade, autonomia, emancipação humana, plena expansão dos indivíduos, defesa intransigente dos direitos humanos, ampliação e consolidação da cidadania, garantia dos direitos da classe trabalhadora, posicionamento em favor da equidade e justiça social, empenho para a eliminação de todas as formas de preconceito, entre outros. Esses princípios devem fundamentar a intervenção profissional, orientando os profissionais (CFESS, 2011).

Segundo Couto (2009), o profissional precisa possuir sensibilidade e conhecimento para identificar as demandas que requerem uma intervenção profissional e atuar de forma a atender essas necessidades, o assistente social mesmo trabalhando na condição de assalariado necessita de autonomia em seu processo de trabalho, pois esse profissional exerce um trabalho comprometido com a garantia de direitos.

O exercício da profissão exige, portanto, um sujeito profissional que tem competência para propor, para negociar com a instituição os seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e atribuições profissionais. Requer ir além das rotinas institucionais para buscar apreender, no movimento da realidade, as tendências e possibilidades, ali presentes, passíveis de serem apropriadas pelo profissional, desenvolvidas e transformadas em projetos de trabalho (IAMAMOTO, 2006, p.12).

É imprescindível ao assistente social uma boa formação teórica e técnica para planejar seu trabalho, mapeando o terreno da sua atuação e exercendo seu trabalho de forma comprometida com o projeto profissional, ao iniciar seu trabalho em uma determinada instituição precisa primeiramente identificar o que é de sua competência naquele espaço e, para isso é necessário que possua uma bagagem de conhecimento para não acabar reproduzindo somente o projeto institucional, deve estabelecer o que a profissão tem a oferecer para o atendimento das demandas (COUTO, 2009).

Na sua intervenção, o profissional irá se defrontar com questões que emanam das relações sociais, e somente um profissional pautado em um código de ética que orienta a efetivação dos direitos humanos do usuário, sem nenhuma forma de preconceito, possuirá uma visão da realidade social sem discriminar os sujeitos.

As competências e atribuições dos/as assistentes sociais, na política de Assistência Social, nessa perspectiva e com base na Lei de Regulamentação da Profissão, requisitam, do/a profissional, algumas competências gerais que são fundamentais à compreensão do contexto sócio-histórico em que se situa sua intervenção: • apreensão crítica dos processos sociais de produção e reprodução das relações sociais numa perspectiva de totalidade; análise do movimento histórico da sociedade brasileira, apreendendo as particularidades do desenvolvimento do Capitalismo no país e as particularidades regionais; • compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico, nos cenários internacional e nacional, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade; • identificação das demandas presentes na sociedade, visando a formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre o público e o privado (CFESS, 2011, p. 20).

As competências inerentes a profissão, permite aos profissionais uma análise crítica da realidade social que carece de sua intervenção, análise essa que se faz necessária no enfrentamento das demandas do cotidiano.

O profissional do Serviço Social deve reconhecer a relação entre as dimensões técnico-operativa, teórico-metodológica e ético-política, para isso se faz necessário uma boa formação e um vasto conhecimento teórico, somente assim o assistente social será um profissional capaz de conhecer o papel dos instrumentos necessários à sua atuação e realizar seu trabalho de forma comprometida com a categoria profissional (SANTOS, 2006).

O Serviço Social é definido como uma profissão de caráter interventivo, que busca não somente a compreensão e explicação da realidade, mas também, a instrumentação com um determinado tipo de ação sobre essa realidade (BAPTISTA, 2006).

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As atribuições e competências dos/as profissionais de Serviço Social, sejam aquelas realizadas na política de Assistência Social ou em outro espaço sócioocupacional, são orientadas e norteadas por direitos e deveres constantes no Código de Ética Profissional e na Lei de Regulamentação da Profissão, que devem ser observados e respeitados, tanto pelos/as profissionais, quanto pelas instituições empregadoras (CFESS, 2011, p. 16).

Podemos elucidar diante do exposto na pesquisa a necessidade de uma formação qualificada aos profissionais do Serviço Social, por ser uma profissão interventiva e de garantia de direitos. Os assistentes sociais possuem atribuições e instrumentais privativos, e para o conhecimento dos mesmos bem como um comprometimento se faz necessário que o profissional esteja em constante aprimoramento. Para fazer uma leitura adequada da realidade social que demanda de intervenção identificando as expressões da questão social, requer ao profissional um conhecimento teórico e uma formação que não seja tecnicista. Diante do que foi exposto a respeito da Educação à Distância – EAD podemos afirmar que essa modalidade de ensino, que acontece de forma reduzida, não preza por uma formação qualitativa, lançando assim, no mercado de trabalho profissionais que poderão atuar de forma mecânica e sem levar em consideração a totalidade da realidade social.

A atuação profissional deve ser pautada nos onze princípios que regem a profissão, devendo ser realizada de forma garantir os interesses dos usuários. Podemos notar que muitas vezes o profissional ao trabalhar na condição de assalariado acaba se defrontando com dilemas.

Nota-se nos critérios referentes às funções da equipe de funcionários do CADÚNICO a realização de trabalhos como: planejar, monitorar e avaliar ações; elaborar relatórios; realizar visitas domiciliares; encaminhamentos. Nota-se além disso, que não é exigido do gestor formação de nível superior, bem como também não exige-se do técnico de nível superior uma formação específica.

Para realizar as funções acima citadas de forma eficiente e comprometida com os usuários pautado na defesa dos interesses dos mesmos se faz necessário que o CADÚNICO possua um/uma profissional de serviço social capacitada e com formação para exercer tal função.

Durante a observação da acadêmica no campo de estágio foi notado que a profissional do Serviço Social inserida no espaço realizava sua função de forma

técnica, não fazendo uso dos instrumentais da profissão que caberiam ao seu espaço ocupacional, e proporcionariam aos usuários uma reflexão crítica a respeito do CADÚNICO e dos programas inseridos no mesmo. A falta de estrutura também é um problema a ser enfrentado pelo setor, que dispõe de uma pequena sala e poucos computadores para a grande demanda do órgão. As visitas domiciliares realizadas pela assistente social gestora do CADÚNICO aconteciam de forma escassa, pois apesar de ser necessário, o órgão não dispõe de um veículo exclusivo para realização das mesmas, ficando assim os usuários que residem na zona rural totalmente (des)assistidos.

A atuação profissional seja em qualquer campo ou área, não deve acontecer de forma assistencialista onde o profissional assume um papel de “bonzinho”, cabe ao profissional fazer uso dos instrumentais para estimular nos usuários que fazem uso da política e vivenciam a realidade social que demanda de intervenção, uma reflexão crítica, assim como cabe também junto aos mesmos elucidar seus direitos.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, Antônio Geraldo de. **O Serviço Social no Brasil: das Origens de Araxá.** São Paulo: Piracicaba: Universidade Metodista de Piracicaba: Cortez, 1982.

ALVES, Adriana Amaral Ferreira. **Assistência Social: história, análise crítica e avaliação.** Curitiba: Juruá, 2009.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa.** 2ª. Ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.

BAPTISTA, Myriam Veras. **A investigação em Serviço Social.** São Paulo: Veras Editora, 2006.

BEHRING, Elaine Rossetti. Fundamentos de política social. In: MOTA, A.E. et al. (Orgs). **Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional.** São Paulo: Opas: OMS: Ministério da Saúde, 2006. Disponível em <[http://www.fnepas.org.br/pdf/servico\\_social\\_saude/inicio.htm](http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/inicio.htm)> Acesso em 31.03.2015.

BRASIL. **Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS)** – Lei nº 8.742, de 7 dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.

BRASIL. **Decreto nº 6.135, de 26 de Junho de 2007.** Dispõe sobre o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e dá outras providências.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. **Centro de Referência de Assistência Social - CRAS.** Disponível em <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecaobasica/cras/centro-de-referencia-de-assistencia-social-cras>>. Acesso em 19.02.2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. **Cadastro Único.** Disponível em <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/cadastrounico>>. Acesso em 26.03.2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em 19.12.2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social.** Brasília-DF, 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. **RELATÓRIOS DE INFORMAÇÕES SOCIAIS.** Disponível em <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/relatorio.php#>>. Acesso em 13.02.2015.

CARDOSO, Franci Gomes. As novas diretrizes curriculares para a formação profissional do assistente social: principais polêmicas e desafios. **Revista Temporalis**. Brasília: ABEPSS, v. 1, n.2, p. 7-17, jul/dez. 2000.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. Assistência Social: reflexões sobre a política e sua regulação. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, nº 87, ano XXVII, p. 123- 131, Set 2006.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Parâmetros para a atuação do assistente social na Política de Assistência Social**. Brasília, 2011.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Sobre a incompatibilidade entre graduação à distância e Serviço Social**. Brasília, 2010.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Código de Ética Profissional do/a Assistente Social**. Brasília, 2012.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. 3ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

COUTO, B. R. Formulação de projeto de trabalho profissional. In. **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 651-663. Disponível em <<http://www.copeve.ufv.br/docs/concurso2014/Assistente.pdf>>. Acesso em 19.02.2014.

COUTO, B. R. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?** 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

FALEIROS, Vicente de Paula. O que é Política Social? **Coleção Primeiros Passos**. 5ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A política social do estado capitalista: as funções da previdência e assistência sociais**. 12ª Ed. São Paulo: Cortez, 2009.

FORTI, Valeria; GUERRA, Yolanda. Na prática a teoria é outra? In: **Serviço Social: temas, textos e contextos: Coletânea nova de serviço social**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

GENTILLI, Raquel. Desafios da prática ao novo currículo de serviço social. **Revista Temporalis**. Brasília: ABEPSS, v. 1, n.2, p. 133-152, jul/dez. 2000.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do Serviço Social**. 7ª Ed. São Paulo: Cortez, 2009.

GUERRA, Yolanda. A formação profissional frente aos desafios da intervenção e das atuais configurações do ensino público, privado e à distância. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, nº 104, p. 715-736, Out/Dez 2010.

GUERRA, Yolanda. Instrumentalidade no trabalho do assistente social. In: **Capacitação em serviço social**. Módulo 4: O trabalho do assistente social e as políticas sociais. Brasília: Unb, 2000.

GUERRA, Yolanda. Ensino da prática profissional do serviço social: subsídios para uma reflexão. **Revista Temporalis**. Brasília: ABEPSS, v. 1, n.2, p. 153-161, jul/dez. 2000.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e conservadorismo no serviço social**. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2004.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

IAMAMOTO, Marilda Villela.; CAVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboços de uma interpretação histórico-metodológica**. 20º. Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Villela. As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no Serviço Social contemporâneo. In: MOTA, A.E. et al. (Orgs). **Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo: Cortez. OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Villela. As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no Serviço Social contemporâneo. In: MOTA, A.E. et al. (Orgs). **Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo: Opas: OMS: Ministério da Saúde, 2006. Disponível em <[http://www.fnepas.org.br/pdf/servico\\_social\\_saude/inicio.htm](http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/inicio.htm)> Acesso em 31.03.2015.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010**. Disponível em <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>>. Acesso em 16.12.2014.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 6ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MACHADO, Graziela Scheffer. **Serviço Social, formação brasileira e questão social: na cadência do pioneirismo carioca**. 2015. 309 f. Tese (Doutorado) – Escola de Serviço Social do Rio de Janeiro. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

MESTRINER, Maria Luiza. **O Estado entre a filantropia e a assistência social**. . 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MINAYO, Maria Cecília MSC. ET ALL- **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 25ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

MONTAÑO, Carlos. **A natureza do Serviço Social**: um ensaio sobre sua gênese, “especificidade”, e sua reprodução. São Paulo: Cortez, 2007.

MOTA, Ana Elizabete (Org.). **O Mito da assistência social**: ensaios sobre Estado, política e sociedade. São Paulo: Cortez, 2008.

PAULO NETTO, José. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. In: MOTA, A.E. et al. (Orgs). **Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo: Cortez. OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2008.

PAULO NETTO, José. **Ditadura e serviço social**: uma análise do serviço social no Brasil pós-64. 12ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

PAULO NETTO, José. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

PAULO NETTO, José. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. In: MOTA, A.E. et al. (Orgs). **Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo: Opas: OMS: Ministério da Saúde, 2006. Disponível em <[http://www.fnepas.org.br/pdf/servico\\_social\\_saude/inicio.htm](http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/inicio.htm)> Acesso em 31.03.2015.

PAIVA, Beatriz Augusto de. O SUAS e os direitos socioassistenciais: A universalização da seguridade social em debate. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, nº 87, ano XXVII, p. 5-24, Set 2006.

PEREIRA, Potyara. Sobre a política de assistência social no Brasil. In: BRAVO, Maria Inês Souza. et al. (Orgs). **Política social e democracia**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, Rio de Janeiro: UERJ, 2008.

PEREIRA, Potyara. **Necessidades humanas**: subsídios à crítica dos mínimos sociais. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

PEREIRA, Potyara. **Política Social**: temas & questões. 2ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2009.

PEREIRA, Potyara. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. In: BOSCHETTI, Ivanete. et al. (Orgs). **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

RAICHELIS, Raquel. **Esfera pública e Conselhos de assistência social**: caminhos da construção democrática. 5ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

RICHARDSON, Roberto Jarry e colaboradores. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3ª. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.



SANTOS, Cláudia Mônica dos. **Instrumentos e técnicas: mitos e dilemas** na formação do assistente social no Brasil. 2006. 248 f. Tese (Doutorado) - Escola de Serviço Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

SILVA; SILVA, Maria Ozanirada. **O Serviço Social e o Popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura**. 4<sup>o</sup>. Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA; SILVA, Maria Ozanira da; YASBEK, Maria Carmelita; GIOVANNI, Geraldo Di. **A política social brasileira no Século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda**. 4<sup>a</sup>. Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SPOSATI, Aldaíza. **A menina LOAS: um processo de construção da assistência social**. 2<sup>o</sup> ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SPOSATI, Aldaíza. Especificidade e intersectorialidade da política de assistência social. **Revista Serviço Social e sociedade**. São Paulo: Cortez, n<sup>o</sup> 77, ano XXIV, p. 30-53, Março 2004.

STEIN, Rosa Helena. Configuração recente dos programas de transferência de renda na América Latina: focalização e condicionalidade. In: BOSCHETTI, Ivanete. et al. (Orgs). **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas**. 2<sup>a</sup> ed. São Paulo: Cortez, 2009.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

YAZBEK, Maria Carmelita. As ambiguidades da Assistência Social brasileira após dez anos de LOAS. **Revista Serviço Social e sociedade**. São Paulo: Cortez, n<sup>o</sup> 77, ano XXIV, p. 11-29, Março, 2004.